

**À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA –
FAETEC**

Referência: Pregão Eletrônico 003/2021

Processo Adm.: 260005/002832/2020

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.312.370/0001-15, já qualificada no processo em epígrafe, doravante denominada Recorrente, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem, com fundamento no artigo 4º, XVIII Lei 10.520/2002 e no artigo 26 do Decreto 5.450/2005 apresentar

RAZÕES DE RECURSO

Contra a equivocada decisão que inabilitou a Recorrente e contra a decisão que declarou a empresa **SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI**, habilitada, tudo em função das razões de fato e de direito adiante aduzidas.

I. DA TEMPESTIVIDADE

De acordo com a inteligência do artigo 44, § 1º do decreto nº 10.024 de 2019:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.



§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

In casu, a última sessão pública ocorreu no **dia 01/07/2021**, quinta-feira, ocasião em que foi manifestada a intenção de recurso.

Assim, o prazo limite para apresentação de razões seria o dia **06/07/2021**, **terça-feira**, o qual encontra-se devidamente cumprido no prazo legal.

2. DO MÉRITO RECURSAL

Trata-se, respeitosamente, de Recurso face ao inconformismo da Recorrente em razão da equivocada análise da Ilma. Comissão de Pregão que declarou a empresa MULTIPLY desclassificada no certame em destaque, mesmo esta tendo apresentado documentos em conformidade com o Edital.

Ocorre que, a proposta da Recorrente foi submetida a análise da referida Comissão, durante o exame, observou-se que a citada proposta continha valor incontestavelmente competitivo e que sua documentação referente a Qualificação Técnica, Jurídica e Financeira preenchia todos os requisitos do Instrumento Convocatório. Entretanto, segundo a honrosa Comissão, a Recorrente foi desclassificada porque deixou de observar a nova Convenção Coletiva Trabalhista - CCT n. RJ000713/2021.

Vejamos, a supracitada CCT foi registrada no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em 30/03/2021, porém o prazo final para entrega das propostas foi marcado para 26/03/2021 (Abertura da Sessão), verifica-se que a CCT que motivou a desclassificação da Recorrente ainda não estava vigente na data da Sessão, além do mais, o Termo de Referência foi elaborado de acordo com a mesma CCT utilizada pela Recorrente. Portanto, trata-se a presente situação de erro meramente material.

Ilustríssima Comissão, considerando as razões apontadas, a Recorrente não poderia ser desclassificada, **tendo vista se tratar de mero erro material**, *data vênia*, faltou Razoabilidade ao analisar a questão, além disso, a Comissão de análise deixou de analisar o caso através do prisma Economicidade.



Outrossim, a Ilma. Comissão não observou as diretrizes fundamentais do processo licitatório, note que a Recorrente não foi a única inabilitada pelo motivo acima exposto, diversas empresas tiveram suas propostas desclassificadas com a justificativa de não observar a CCT registrada em 30/03/2021.

Embora outras licitantes tenham sido desclassificadas pelo mesmo motivo acima, **no caso da Recorrente, este foi o único motivo de sua desclassificação**. Dito isso, torna-se importante frisar, novamente, que a Recorrente apresentou documentos referentes a sua habilitação em total atendimento ao edital. Considerando a situação narrada, era esperado que a Comissão analisasse tal situação sob a ótica da Razoabilidade.

Prezados, a capacidade administrativa da Recorrente é amplamente reconhecida por seus pares e por diversos entes administrativos. Frisa-se que a Recorrente é plenamente idônea e possui confiável suficiência econômico-financeira para cumprir com as obrigações trabalhistas, tanto os salários quanto os benefícios **dispostos na CCT vigente nº RJ000713/2021**, conforme demonstrativo em anexo. (doc. 1)

A fim de asseverar a capacidade da Recorrente para executar os serviços e exigências do edital, anexou-se a este Recurso Declaração informando que os salários e benefícios dos funcionários serão os atuais, bem como uma Declaração de demonstração de capacidade econômico financeira. (Doc. 2 e 3)

É oportuno lembrar que, em celebrada obra jurídica, Maria Sylvia Zanella di Pietro leciona a respeito da definição de ato discricionário, a fim de facilitar o nosso entendimento sobre a matéria:

“São os que a Administração pratica com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão segundo critérios de conveniência e oportunidade formulados por ela mesma, ainda que adstrita à lei reguladora da expedição deles. A discricionariedade ocorre com maior frequência no motivo e no objeto do ato. O motivo são as razões de fato e de direito que resultaram na prática de um determinado ato, ou seja, o motivo antecede o ato.” (Di Pietro. Direito administrativo. São Paulo. Atlas, 2003).

Visto isso, é possível notar, que mesmo despropositadamente o agente público pode praticar ato discricionário lesivo pela sua formalidade exacerbada, isso



poderia trazer sérias consequências na busca pela correta gerência dos interesses da sociedade, além disso, temos a lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 que dispõe sobre as normas do processo administrativo, seu art. 2º leciona o seguinte **“A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, RAZOABILIDADE, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e EFICIÊNCIA”**. *Grifo nosso*

Ademais, o Princípio da Legalidade orienta o administrador público em suas decisões durante todo o procedimento, pois diferentemente do direito na esfera privada, onde o particular pode fazer tudo o que a lei não proíba, no âmbito público, o bom administrador apenas fará o que a lei, de forma expressa, autorizar. Todo este rigor, serve para tentar evitar-se abusos de conduta e desvios de objetivos.

Prezados, como anteriormente citado, observa-se que a Economicidade também não foi levada em consideração, visto que, após apresentar proposta competitiva e exequível, a Recorrente foi desclassificada por mero erro material.

“A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Régis Fernandes de Oliveira explica que **“economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.”** (OLIVEIRA, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 94.) *Grifo nosso*

“O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público” (Di Pietro, 2005:84)

Já Ricardo L. Torres, por sua vez, afirma que o **“conceito de economicidade, originário da linguagem dos economistas, corresponde, no discurso jurídico, ao de justiça.”** Implica **“na eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciada na minimização de custos e gastos públicos e na maximização da**

receita e da arrecadação". Por fim, conclui que é, **"sobretudo, a justa adequação e equilíbrio entre as duas vertentes das finanças públicas."** (TORRES, Revista do TCE/RJ, nº 22, jul/1991, pp. 37/44.) *Grifo nosso*

É imperioso comentar a curiosa decisão da Ilma. Comissão, pois esta consagrou a empresa Recorrida vencedora do referido processo mesmo ela descumprindo norma vigente e ofertado um valor exorbitante quando comparado às melhores propostas.

Observem que a Recorrente propôs o valor global de R\$ 11.279.000,00 (onze milhões duzentos e setenta e nove mil reais), já a Recorrida apresentou a quantia de R\$ 13.400.000,00 (treze milhões e quatrocentos mil reais), ou seja, R\$ 2.121.000,00 (dois milhões cento e vinte um mil reais) de diferença.

Prezados, data vênua, a Proposta da Recorrida supera em aproximadamente 20% a proposta da Recorrente, isso é totalmente inadequado ao interesse público, principalmente na crise em que se encontra o país, essa malversação dos recursos públicos já não se justificaria em cenário normal, mas no atual, é espantoso.

Já era flagrante a falta de razoabilidade na análise da documentação da Recorrente, e com essa decisão, ficou evidente que a presente licitação está totalmente divorciada dos princípios basilares do Direito Administrativo.

Isto posto, outra solução não se impõe a não ser reconsiderar a decisão que inabilitou a Recorrente, para que a mesma seja habilitada e classificada, fazendo com esta atitude, que a administração possa reparar a lesão causada aos institutos legais que sustentam e norteiam a administração pública, além da possibilidade de homenagear os princípios acima citados, principalmente os da **ECONOMICIDADE** e **RAZOABILIDADE**.

Não obstante, o *caput* do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente aplicável à espécie por força do disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/02, **estabelece o axioma invocado como princípio norteador da licitação, aliado sempre à busca pela proposta mais vantajosa para a Administração**, senão veja-se:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta **mais vantajosa para a Administração**(...) *Grifo nosso*

Nas lições, sempre atuais, do Mestre Hely Lopes Meirelles: "(...)uma falha inócua na interpretação do edital, não deve propiciar a rejeição sumária da oferta. Aplica-se, aqui, a regra universal do *utile per inutile non vitiatur*, que o Direito francês resumiu no *pas de nullité sans grief*. **Melhor que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstitucional** com o caráter competitivo da licitação" (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p. 124) Grifo nosso.

Seguindo esse entendimento e dando total atenção aos princípios, o Tribunal de Contas da União vem solucionando diversas discussões que acompanham esse mesmo tema, ou seja, desclassificação da proposta por mero erro material, nessas discussões o TCU tem sido claro e firme nas soluções apresentadas, inclusive, emergimos um de seus Acórdãos:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Informação Publicidade Ltda., acerca de possíveis irregularidades no Ministério da Educação (MEC), relacionadas à Concorrência 1/2013, do tipo "técnica e preço". Essa licitação refere-se à contratação de serviços técnicos de assessoria de comunicação, com valor estimado de R\$ 5.267.349,84.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, e no art. 1º, inciso XXVI, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e art. 237, VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;


9.2. determinar, com base no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e no art. 45, caput, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 251 do Regimento Interno do TCU, ao Ministério da Educação – MEC – que, no prazo de 15 (quinze) dias, no âmbito da



Concorrência 1/2013, adote as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993, procedendo: a anulação do ato de desclassificação da empresa Informação Publicidade Ltda., e dos demais atos dele decorrentes, retornando, no caso de optar pela continuidade da licitação, à fase de avaliação das propostas;

Caso não seja suficiente a lição do Tribunal de Contas da União, veja também que outros tribunais seguem a mesma decisão com a pretensão de proteger o interesse público e garantir o respeito aos princípios que regem a seara administrativa, é o caso por exemplo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deu provimento ao Mandado de Segurança, onde ficou flagrante a afronta ao princípio o Formalismo Moderado e razoabilidade no ato de agente administrativo que desclassificou um licitante em razão de erro sanável.

DIREITO ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA - VÍCIO FORMAL - FORMALISMO EXACERBADO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. - Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam. - **Na busca da preservação do interesse público no procedimento licitatório, o descumprimento a qualquer exigência formal, certas vezes, por sua irrelevância, deve ser temperado pelo princípio da razoabilidade e bom senso, repudiando-se formalismos exacerbados.** - Demonstrado o direito líquido e certo da impetrante (empresa licitante inabilitada), **na medida em que o formalismo excessivo na desclassificação da sua proposta por vício formal (erro material) não é consentâneo com o princípio da razoabilidade.** Por consequência, a concessão da ordem para determinar seu prosseguimento no processo licitatório, em igualdade com os demais licitantes, é medida que se impõe. - Sentença confirmada. Recurso prejudicado.



(TJ-MG - REEX: 10216110079383002 MG, Relator: Heloisa Combat, Data de Julgamento: 08/08/2013, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2013) *Grifo nosso*

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta... (Acórdão 1.811/2014 – Plenário do TCU) *Grifo nosso*

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, DEVENDO a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário do TCU) *Grifo nosso*

DO NÃO ENQUADRAMENTO NO REGIME TRIBUTÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123 DE 2006.

Prezados, verificamos que a Recorrida apresentou declaração afirmando se enquadrar no regime tributário da LC 123/06. Todavia, a própria Recorrida apresentou contrato de prestação de serviços à Prefeitura de Seropédica pelo período de 12 meses, iniciando o respectivo contrato em 3 de junho de 2021, o valor desse contrato é de R\$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais).

A Recorrida declara ser ME/EPP, porém, apresenta documentos que contraditam seu enquadramento. Sabe-se que de acordo com IN DREI 10/2013, as Micro Empresas – ME e Empresas De Pequeno Porte – EPP são obrigadas a declarar seu enquadramento ou não à Junta Comercial logo na abertura e sempre que houver alteração em seu status.

Ilmos., percebam a necessidade de se verificar se a Certidão Simplificada da Junta Comercial é a certidão (oficial) de enquadramento (ME ou EPP) para fins das prerrogativas da Lei Complementar 123/06.

Além disso, entre os procedimentos de verificação do status de faturamento da empresa, cabe verificar o faturamento da empresa na Demonstração

do Resultado do Exercício – DRE da empresa que acompanha o Balanço Patrimonial, haja vista que ambos são demonstrações obrigatórias e devem sempre constar no Livro Diário, obviamente, o DRE, Balanço Patrimonial e o Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário devem constar em todas as licitações.

Em seguida, consultar o Portal da Transparência para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias pela licitante recebidos extrapola o limite de enquadramento de EPP's, caso a licitante tenha ultrapassado, não há outra decisão a ser tomada a não ser indeferir o tratamento diferenciado previsto na LC. 123/2006. Importante mencionar, que em editais de alguns órgãos, as referidas consultas constam como Cláusula obrigatória, temos entre esses órgãos, a Advocacia Geral da União – AGU.

Não obstante, há a possibilidade de o Órgão requerer o extrato do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório - PGDAS-D, onde consta o faturamento acumulado da empresa até o momento e verificar se ela não excedeu o referido limite do faturamento de EPP.

Fato é que toda empresa optante do SIMPLES Nacional necessariamente é ME ou EPP, mas nem toda ME e EPP se enquadram no regime do SIMPLES Nacional, dito isso, ressaltamos que a empresa Recorrida, considerando o próprio contrato da Prefeitura de Seropédica, entre outros, não poderia ser optante do SIMPLES, desse modo, fica clara a necessidade de realizar diligências a fim de comprovar se a Recorrida pode se beneficiar do tratamento ofertado pela LC. 123/06.

Outrossim, caso seja comprovado que a Recorrida não se enquadra no faturamento determinado pela LC. 123/06, ou seja, receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), ficará constatada a fraude, devendo assim, o órgão declarar a inidoneidade da fraudadora, conforme direciona a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.928/2010, 2.606/2011, 1.399/2013, 1.552/2013 e 1.104/2014, todos do Plenário.

Ressalta-se que, o Tribunal de Contas da União entende que a falsa declaração em licitações tendo como finalidade obter indevidamente os benefícios destinados às microempresas e às empresas de pequeno porte, constitui ilícito de



caráter formal, ou seja, não se exige a ocorrência de resultado, é o que se compreende com voto referente ao Acórdão 745/2014 - TCU - Plenário:

19. Quanto ao argumento de que a anulação da adjudicação dos itens 4 e 9 à denunciada teria suprimido o objeto deste processo, deve-se frisar que tal anulação ocorreu em face de recurso administrativo interposto por outro licitante, quando a empresa [omissis] já havia esgotado todos os atos tendentes a lhe proporcionar vantagem sobre as demais participantes. Ademais, **o enquadramento indevido é ilícito de caráter formal em que não se exige a ocorrência de resultado** (Acórdãos 2.179/2012, 2.425/2012 e 2.978/2013, todos do Plenário).

[...]

26. A prestação de declaração falsa em uma licitação, com o fim de obter benefícios indevidos, fere o princípio constitucional da isonomia e o bem jurídico protegido pelos arts. 170, IX, e 179 da Constituição e pela Lei Complementar 123/2006, que é o desenvolvimento econômico das microempresas e empresas de pequeno porte por meio de tratamento favorecido em relação ao dispensado às demais empresas. Nesse sentido tem sido a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 1.028/2010, 1.972/2010, 2.578/2010, 2.846/2010, 3.228/2010, 588/2011 e 744/2011 e 1.137/2011, todos do Plenário. Assim, resta inequivocamente comprovada fraude à licitação. Grifo nosso

Por todo exposto, diante da Doutrina, Jurisprudência e das Diretrizes legais, conclui-se que a inabilitação da Recorrente e a habilitação da Recorrida não possuem amparo legal, sendo assim, ambas decisões merecem ser reformadas, outrossim, não foram observados princípios explícitos e implícitos, entre eles a **Legalidade, razoabilidade, eficiência e sobretudo a economicidade.**



III. DOS PEDIDOS

Assim, a Recorrente requer à Vossa Senhoria se digne:

Que seja recebido o presente **RECURSO** e dado provimento às suas razões, ou seja, a Reforma da respeitável decisão para que a Recorrente seja declarada Classificada e Habilitada, uma vez que durante análise de sua documentação não foram observados os Fundamentos basilares do processo licitatório, sobretudo o da Razoabilidade;

Requer ainda, respeitosamente, que seja realizada diligência aos Órgãos Competentes, a fim de verificar o real enquadramento da Recorrente na prerrogativas do Regime de Tributação da LC 123/06.

No entanto, caso a Ilma. Comissão não entenda pela reforma da equivocada decisão, requer-se a Remessa dos autos à Autoridade Superior, onde, espera que seja conhecido e acolhido o presente apelo, à vista da sustentação jurídica e dos elementos fáticos supra expendidos.

Não obstante, a Recorrente aproveita a oportunidade para renovar os votos de elevada estima e consideração.

Termos em que,

pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2021.


MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA.

CNPJ nº 04.312.370/0001-15

Thiago Pontes de Souza
Sócio
RG 213995350 DICI/RJ
CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.

R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 169
Bonsucesso - CEP 24065-000
Rio de Janeiro - RJ

ÀO ILUSTRÍSSIMA SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2021.

Processo SEI n.º 260005/002832/2020.

Colendo Pregoeiro, inicialmente expressamos nossos mais sinceros cumprimentos a todos os agentes que compõe este honorável Órgão. Vimos através deste singelo instrumento, em conformidade ao requisito ofertado pelo Emérito órgão, atestar que, podemos afirmar que sim, temos a total capacidade de executar o objeto do contrato, não só executá-lo, mas também demonstrar ao longo do período que nossa prestação está à altura desta instituição.

Ocorre que, ainda que tenhamos aberto mão de significativo valor, possuímos dentro do valor proposto uma relevante margem de segurança, não se trata de afirmações vazias, acontece que possuímos larga experiência com essa espécie de serviço e fazemos constantemente cálculos a fim de prever alguma inviabilidade, a respeito dos insumos, é comum adquirirmos variados itens em elevada escala, pois a nós é conveniente manter estoques de itens chaves.

Além disso, é sabido por grande parte das empresas prestadoras desse tipo de serviço, que este órgão possui histórico ilibado quanto ao cumprimento de sua parte no pactuado, isso só aumenta a nossa certeza. Importa revelar que, recentemente, consciente do impacto da COVID-19 em nosso território e atento a insegurança que causaria em toda a população, adiantamos a folha de pagamento dos nossos colaboradores, assim, podem enfrentar essa fase com mais confiança.

Cabe acrescentar que, posteriormente apresentaremos cópia de apólice assecuratória específica para este contrato, essa respectiva apólice terá como desígnio garantir as particularidades ressaltadas pertinentemente pelo Órgão demandante, particularidades suscitadas em louvável manifestação.

Ora excelência, apesar de não haver previsão no certame, frisa-se que, além das já contidas no edital, nossa empresa apresentará garantia a fim de cobrir outras particularidades do objeto, tudo em respeito ao § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93.

O Edital e Anexos atualmente, preveem especificamente no Item 19, as seguintes obrigações para a contratada. “A CONTRATADA se obriga a manter, por sua conta exclusiva, em companhia seguradora de idoneidade reconhecida, todos os seguros exigidos por lei”

a) Responsabilidade civil; (Além disso, em nosso seguro estarão cobertos também os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato)

b) de pessoal; (Além disso, em nosso seguro estarão cobertas também as obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA)

c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato I. (Além disso, em nosso seguro estarão cobertas também as multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA e os prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato)



"sendo a única responsável por quaisquer danos que venha sofrer, ou que venham sofrer os seus empregados, prepostos e terceiros, independentemente de dolo ou culpa, decorrentes de sinistros ocorridos durante a execução e/ou em razão da execução dos serviços, nas dependências, instalações, materiais e equipamentos do CONTRATANTE".

Portanto, convicto da exequibilidade de nossa proposta, confiando naquilo que é concreto, ou seja, a soma da nossa vasta experiência no mercado, nossa eficiente gestão dos suprimentos, o notório e polido histórico da instituição no cumprimento de sua alçada, bem como o compromisso em apresentarmos a supracitada Apólice, afirmamos e garantimos que temos a total capacidade para cumprirmos com o objeto do contrato, arcando com todos os custos trabalhistas, salários e benefícios de acordo com convenção coletiva e Leis vigentes.

No mais, renovamos nossos votos de elevada estima e admiração a esse órgão.

RIO DE JANEIRO, 06 de julho de 2021.

MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA

Thiago Pontes da Souza

Sócio

RG 213995350 DCM/RJ

CPF 111.548.607-10

04.312.370/0001-15

MULTIPLY SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO LTDA.

R. Vinte e Quatro de Fevereiro, 103

Bonsucesso - CEP 21040-000

Rio de Janeiro - RJ

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 33600928699	CNPJ 04.312.370/0001-15
NOME EMPRESARIAL MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 20
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 1B.37.C5.F9.B6.9A.49.D9.5C.76.44.EE.B5.12.8F.26.68.75.31.C2	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	04312370000115	MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI: 04312370000115	908666940637493947 9	25/08/2020 a 25/08/2021	Sim
Contador	53037839791	LUIZ FREITAS BORGES: 53037839791	721374407758033593 785211860196281116 3	20/05/2021 a 20/05/2022	Não

NÚMERO DO RECIBO:

1B.37.C5.F9.B6.9A.49.D9.5C.76.44.EE.
B5.12.8F.26.68.75.31.C2-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/06/2021 às 17:03:28

5F.A8.75.90.C3.CC.9D.61
87.D3.FB.8A.94.6E.AC.F9

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 04.312.370/0001-15
Número de Ordem do Livro: 20

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA
NIRE 33600928699
CNPJ 04.312.370/0001-15
Número de Ordem 20
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Município Rio de Janeiro
Data do arquivamento dos atos constitutivos 29/01/2020
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social 31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital 12772

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA
Natureza do Livro Escrituração Contábil Digital do Livro Diário Geral
Número de ordem 20
Quantidade total de linhas do arquivo digital 12772
Data de início 01/01/2020
Data de término 31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1B.37.C5.F9.B6.9A.49.D9.5C.76.44.EE.B5.12.8F.26.68.75.31.C2-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 8.0.5 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 04.312.370/0001-15
Número de Ordem do Livro: 20
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R\$ 8.194.446,05	R\$ 15.876.438,67
Ativo Circulante		R\$ 7.605.037,86	R\$ 15.240.832,22
Caixa e Equivalentes de Caixa		R\$ 4.256.291,91	R\$ 7.665.108,76
Numerários em caixa		R\$ 4.255.424,94	R\$ 6.392.723,55
Banco conta movimento		R\$ 0,00	R\$ 7.127,66
Aplicações		R\$ 866,97	R\$ 1.265.257,55
Clientes		R\$ 739.669,43	R\$ 3.140.435,96
Adiantamentos		R\$ 6.000,00	R\$ 73.286,97
Contas correntes empregados		R\$ 0,00	R\$ 247,80
Empréstimos		R\$ 2.479.361,30	R\$ 4.062.121,31
Impostos diversos a compensar		R\$ 123.715,21	R\$ 299.631,42
Ativo Não Circulante		R\$ 589.408,20	R\$ 635.606,45
Garantia de Contratos		R\$ 0,00	R\$ 46.198,25
Imobilizado		R\$ 589.408,20	R\$ 589.408,20
Passivo		R\$ 8.194.446,05	R\$ 15.876.438,67
Passivo Circulante		R\$ 1.100.962,45	R\$ 6.197.296,28
Empréstimo p/ capital de giro		R\$ 0,00	R\$ 1.506.458,21
Fornecedores		R\$ 34.182,31	R\$ 31.690,86
Duplicatas a Pagar		R\$ 34.182,31	R\$ 31.690,86
Imposto a pagar / recolher		R\$ 491.224,62	R\$ 3.513.937,07
Salários e contribuições previdenciárias		R\$ 205.735,52	R\$ 324.693,14
Credores diversos		R\$ 369.820,00	R\$ 820.517,00
Passivo Não Circulante		R\$ 24.460,00	R\$ 60.551,27
Financiamentos e Leasing		R\$ 24.460,00	R\$ 24.460,00
Leasing		R\$ 24.460,00	R\$ 24.460,00
Parcelamento		R\$ 0,00	R\$ 36.091,27
Patrimônio líquido		R\$ 7.069.023,60	R\$ 9.618.591,12
Capital Social		R\$ 2.050.000,00	R\$ 2.050.000,00
Capital Integralizado		R\$ 2.050.000,00	R\$ 2.050.000,00
Reservas de lucros		R\$ 5.019.023,60	R\$ 5.019.023,60
Prejuízos acumulados		R\$ 0,00	R\$ 2.549.567,52

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1B.37.C5.F9.B6.9A.49.D9.5C.76.44.EE.B5.12.8F.26.68.75.31.C2-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 04.312.370/0001-15
 Número de Ordem do Livro: 20
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 2.510.139,00	R\$ 22.249.155,36
Receita bruta de serviços		R\$ 2.510.139,00	R\$ 22.249.155,36
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (217.127,00)	R\$ (1.539.144,77)
(-) Dedução de receita bruta de vendas		R\$ (91.620,06)	R\$ (472.882,58)
(-) Dedução de receita bruta s/ serviços		R\$ (125.506,94)	R\$ (1.066.262,19)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 2.293.012,00	R\$ 20.710.010,59
(-) CUSTO DAS VENDAS/SERVIÇOS		R\$ (1.534.216,09)	R\$ (10.590.219,79)
(-) Mão de obra direta		R\$ (11.777,16)	R\$ (33.479,02)
(-) Utilidades e serviços		R\$ (13.262,78)	R\$ (124.626,31)
(-) Aluguéis e arrendamento		R\$ (21,00)	R\$ (14.593,32)
(-) Impostos e taxas		R\$ 758.795,91	R\$ 10.119.790,80
LUCRO BRUTO		R\$ 758.795,91	R\$ 10.119.790,80
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (200.769,39)	R\$ (5.359.164,38)
(-) Despesas gerais da administração		R\$ (200.769,39)	R\$ (5.359.164,38)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		R\$ (5.636,29)	R\$ (33.042,67)
(-) Despesas Bancárias		R\$ (5.636,29)	R\$ (33.042,67)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 3.666,52
Receita financeira		R\$ 0,00	R\$ 1.188,52
Rendas eventuais		R\$ 0,00	R\$ 2.478,00
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		R\$ 552.390,23	R\$ 4.731.250,27
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		R\$ 552.390,23	R\$ 4.731.250,27
(-) PROVISÃO PARA IR E CSLL		R\$ (333.364,88)	R\$ (2.181.682,75)
(-) Despesas tributárias		R\$ (333.364,88)	R\$ (2.181.682,75)
RESULTADO LÍQUIDO		R\$ 219.025,35	R\$ 2.549.567,52
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PARTICIPAÇÕES		R\$ 219.025,35	R\$ 2.549.567,52

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1B.37.C5.F9.B6.9A.49.D9.5C.76.44.EE.B5.12.8F.26.68.75.31.C2-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE ÍNDICES FINANCEIROS

EM 31/12/2019;

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

<u>ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL À LONGO PRAZO</u>	7.605.037 = 6,76
<u>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL À LONGO PRAZO</u>	1.125.422

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:

<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	7.605.037 = 6,91
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	1.100.962

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO:

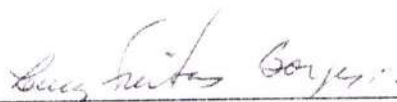
<u>PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL À LONGO PRAZO</u>	1.125.422 = 0,14
<u>ATIVO TOTAL</u>	8.194.446

PL = R\$ 7.069.023

CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

AC - PC = 7.605.037 - 1.100.962 = R\$ 6.504.075

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2021.

Luiz Freitas Borges
TC - CRCRJ 047180-O/5
CPF: 530.378.397-91

LICITACAO.

1º

Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO - RJ
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS
O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E
COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou
assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS
VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E UM ATÉ VINTE E CINCO DE MAIO
DE DOIS MIL E VINTE E UM (25/05/2001 ATÉ 25/05/2021), dele(s) *****

*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_NADA_CONSTA_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*_*

relativamente ao nome de MULTIPLY SERVICOS DE MANUTEMCAO LTDA - CNPJ: 0
4.312.370/0001-15*****
Rio de Janeiro, Capital em 28/05/2021. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido.
Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 43,70, Tab.04-Ato 08: R\$ 44,65, LEI 6.37
0 Art.2 §4: R\$ 0,89, FETJ: R\$ 17,67, FUNDPERJ: R\$ 4,41, FUNPERJ: R\$ 4,4
1, FUNARPEN: R\$ 3,53, ISS: R\$ 4,70. TOTAL: R\$ 123,96. EU, ADRIANO COUTO
VEIGA (Mat.94/3809), Oficial Substituto a assino digitalmente.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
EDTX 63271 EQA
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros
Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartoriorj.com.br>).
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua
emissão.
- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo
validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.
- Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços
extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.



2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: 1a8349b0-0beb-462a-b304-ea4e6c2985d8

REQUERIDA EM: 28/05/2021

916172

00/56 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador
Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;
- B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E UM ATÉ VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM (25/05/2001 a 25/05/2021) dele(s).--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--

--.--.--.--.--.--.--.**NADA CONSTA.**--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--
Relativamente ao Nome de **MULTIPLY SERVICOS DE MANUTEMCAO LTDA** Qualificação: **04312370000115** (conforme requerido).--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--

EMITIDA EM: 31/05/2021, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

T O T A L R\$: 123.96

EMOL R\$: 88.35 - PMCMV(2%)R\$: 0.89 - FETJ(20%)R\$: 17.67 - FUNDPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.53 - ISS(5%)R\$: 4.70

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDUR11177-FFO
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Requerida em 28/05/2021

8203872/2021-1.00

Finalidade declarada FINS NEGOCIAIS / CONCORRÊNCIA

Modelo ESPECIAL folha 01

3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

0903074591

Av. Erasmo Braga, 227 - Grupo 201 - CEP: 20020-902

CERTIDÃO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO
DE FEITOS AJUIZADOS



CERP: 24ee0516-702d-4ffc-82d3-d02fdab9ab53

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos ANOREG RJ (<http://validador.e-cartorio.com.br>)

- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão

- Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartorioj, disponível na Apple Store ou no Google Play

- Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

O REGISTRADOR DO 3º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO VERIFICAR OS LIVROS E/OU ASSENTAMENTOS DE SEU OFÍCIO RELATIVOS A FEITOS EM ANDAMENTO NO PERÍODO REQUERIDO E NO QUE CON CERNE AOS ASSUNTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, CERTIFICA E DÁ FÉ

a) Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresarial;

b) Inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;

c) Ações distribuídas às Varas da Infância, da Juventude e do Idoso mencionadas nos parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Consolidação Normativa da CGJ, desde

VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL UM ate VINTE E CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E UM (25/05/2001 ate 25/05/2021) deles **NADA CONSTA** contra o nome de: **MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA**, qualificacao: CNPJ 04.312.370/0001-15 (conforme requerido)

Emitida em: 28/05/2021 Rio de Janeiro, RJ. OBS: Demais requisitos obrigatórios previstos na Lei 11.971/09: NÃO CONSTAM.

EMOLUMENTOS R\$ 88,35 (Tab1, Ato1 e Tab4, Ato8) + R\$ 0.89 (Lei 6.370/2012) + R\$ 17.67 (FETJ) + R\$ 4.41 (FUNDPERJ) + R\$ 4.41 (FUNPERJ) + R\$ 3.53 (FUNARPEN) + R\$ 4.70 (LEI 7128/2015) valor total R\$ 123,96

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDUV40179 OBQ
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Cert. Proc. p/ LUIZ/LUIZ



Nº do Pedido:
20215262716230

CERP:
7707b027-84b5-4b1c-8263-23b
0d76aa62d



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play

CERTIDÃO INTERDIÇÃO E TUTELA

CERTIDÃO NEGATIVA

JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II, Titular do 1º RCPN da Cidade do Rio de Janeiro, com atribuição de interdições e tutelas. CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica, dos mesmos **NADA CONSTA** com referência às interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à tomada de decisão apoiada (art. 1.783- A, do Código Civil); CERTIFICA ainda que **NADA CONSTA** com referência à Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro, desde vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, data da instalação deste Cartório, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência às Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 - Lei de Falências, atual lei nº 11.101, de 09 de Fevereiro de 2005, até a presente data); CERTIFICA também que **NADA CONSTA** com referência às interdições de direito (Artigo 92 - incisos I, II e III) conforme dispõe o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal), desde 20 anos retro, até a presente data; CERTIFICA mais que **NADA CONSTA** com referência à Insolvência Civil, (Artigos 748 e seguintes da Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro, até a presente data); CERTIFICA finalmente que **NADA CONSTA** com referência à Indisponibilidade de Bens nos termos de que dispõe a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974 que trata da Intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central do Brasil ou Ministério da Fazenda, até a presente data contra o nome **MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, CPF/CNPJ 04.312.370/0001-15**. O referido é verdade e dou fé. Cidade de Rio de Janeiro, aos vinte e oito (28) dias do mês de maio (5) de dois mil e vinte e um (2021). Emolumentos: Tab.21 Item I + (6x) + Tab.16 Item 4 + FUNARPEN 4% + FETJ 20% + FUNDPERJ 5% + FUNPERJ 5% + ISS - TOTAL R\$ = 159,88. Eu, Elenice Araújo da Silva - Mat. 94-1741, assino.

Finalidade: Licitacao

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO PODE SER MATERIALIZADA POR SERVIÇO EXTRAJUDICIAL, EM RESPEITO AO PROVIMENTO CNJ 46/2015, AO PROVIMENTO CGJ-RJ 37/2013 E À NOTA INTEGRANTE 28, DA TABELA 22 DA LEI 3.350/1999, INSERIDA PELA LEI 7.128/2015

1º RCPN e de interdições e Tutelas do Estado do Rio de Janeiro
Oficial Registrador: JÚLIO CESAR MACEDÔNIO BUYS II
Município: RIO DE JANEIRO/RJ
Praia da Olaria, nº 155, Cocotá, Ilha do Governador
Site: cartoriocandelaria.com.br
Telefone: (21) 3386-1504
Email: atendimento@1rcpn.com.br

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDVH97568-JYT
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartoriorj.com.br>
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartoriorj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.

Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2º OFÍCIO DE REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS
OFICIAL: MARIA DA GLÓRIA MARTINS DE CARVALHO
SUBSTITUTOS: ROBSON CARVALHO FILGUEIRAS
EUGÊNIO BUZHAR GERAISSATI

Rua da Assembléia, 19 - 9º andar - Centro - Tel.: 2533-1424 - CEP:20011-001

CERTIDÃO

M.ª. DA GLORIA MARTINS DE CARVALHO, Oficial do Segundo Ofício do Registro de Interdições e Tutelas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA que revendo os livros competentes da capacidade jurídica sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo em vinte e seis de abril de mil novecentos e vinte e nove, NADA CONSTA na presente data, com referência as interdições previstas nos artigos 1.767 e 1.779 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA, ainda, que revendo os mesmos livros sob a guarda deste serviço, desde a instalação do mesmo, NADA CONSTA na presente data, com referência a Ausência, artigo 22 do Código Civil Brasileiro; CERTIFICA mais que, revendo os mesmos livros, NADA CONSTA em nossos arquivos, na presente data, em relação aos registros de Tomada de Decisão Apoiada (artigo 1.783-A do Código Civil Brasileiro); CERTIFICA, mais, que NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições Comerciais (Decreto Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 e a atual Lei nº 11.101/2005 - artigo nº 99 - 09 de fevereiro de 2005); CERTIFICA também, que observados os últimos 20 anos, NADA CONSTA na presente data, com referência as Interdições de Direito (artigo 92 - incisos I, II, III do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro); CERTIFICA, outrossim, que NADA CONSTA na presente data, com referência a Insolvência Civil (artigos 748 e seguintes da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Brasileiro); CERTIFICA, finalmente, que em nossos arquivos iniciados em 13 de março de 1974 NADA CONSTA na presente data, com relação a Indisponibilidade de Bens, arrestos, sequestros e outras determinações comunicadas pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, CONTRA O NOME: **MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA-CNPJ: 04.312.370/0001-15**. O referido é verdade e dou fé. Cidade do Rio de Janeiro, vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um. TAB_6_L= R\$32,97+ TAB_6_BUSCA= R\$70,21+ TAB_1_4= R\$11,63= EMOL.: R\$114,81+ FETJ: R\$22,96+ FUNDPERJ: R\$5,74+ FUNPERJ: R\$5,74+ FUNARPENRJ: R\$4,59+ PROVIMENTO 12/2016 (ISS):R\$6,04= TOTAL = R\$159,88. Eu EUGENIO BUZHAR GERAISSATI, Substituto Legal - Cadastro:94-14921 assino pelo Oficial.

Finalidade: LICITACAO

MATRÍCULA: 0933690155 0000 9 00000 000 0000000 41



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDVE 32499 BZP
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página <http://validador.e-cartoriorj.com.br>
A certidão eletrônica estará disponível para download no site <http://e-cartoriorj.com.br> pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
Provimento CGJ nº89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO QUALQUER EMENDA, RASURA OU IMPRESSÃO INCLUSIVE NO VERSO, ANULAM A VALIDADE DO DOCUMENTO E CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

PREVENIR SE CONTRA O CANCER

BUSCA PROCEDIDA POR
JULIA HENRIQUES DE SOUZA

5º Ofício do Registro de Distribuição

Av. Rio Branco, 131 - 11º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CERTIDÃO Nº 00905264462021

OFICIAL DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOMEADA NA FORMA DA LEI, revendo em seu poder e Serviço os livros de registro, fichários, arquivos e/ou assentamentos das distribuições registradas, CERTIFICA CONFORME REQUERIDO E DÁ FÉ QUE: DESDE 27 DE MAIO DE 2001 A 27 DE MAIO DE 2021, com referência aos assuntos abaixo mencionados:

- ESCRITURAS lavradas nos SERVIÇOS NOTARIAIS dos ofícios ímpares;
- ESCRITURAS lavradas nas CIRCUNSCRIÇÕES ÍMPARES DE REGISTRO CIVIL com atribuição notarial;
- ESCRITURAS lavradas no OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS;
- TESTAMENTOS PÚBLICOS lavrados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- TESTAMENTOS CERRADOS aprovados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- TESTAMENTOS REVOGATÓRIOS lavrados ou aprovados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- PROCURAÇÕES PÚBLICAS EM GERAL (Lei Estadual nº 5358/2008) lavradas por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- PROCURAÇÕES EM CAUSA PRÓPRIA lavradas por tabeliães de notas de ofício ímpares;
- INVENTÁRIOS, PARTILHAS, SEPARAÇÕES CONSENSUAIS E DIVÓRCIOS CONSENSUAIS (Lei nº 11.441/2007) lavrados por tabeliães de notas de ofícios ímpares;
- CONTRATOS PARTICULARES TRANSLATIVOS DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária ímpar deste Município;
- ESCRITURAS LAVRADAS EM OUTROS MUNICÍPIOS, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária ímpar deste Município;
- TÍTULOS DE ORIGEM JUDICIAL TRANSLATIVOS DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária ímpar deste Município;

NADA CONSTA em nome de MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA, CNPJ Nº 04.312.370/0001-15, dados estes fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão nº 00905264462021 arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2021

BUSCA	TAB16-1	43,70	FUNARPEN Lei 6281/12	3,53
CERTIDAO	TAB19-8	44,65	FUNPERJ Lei 111/06	4,41
RESSAG	Lei 6370/12	0,89	FUNPERJ Lei 4664/05	4,41
FETJ	Lei 3217/99	17,67	ISSQN	4,70
TOTAL				123,96

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDVG52298-UOY

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CERP: 5fcc4a99-316a-4bad-9409-4fe54fcf3d21

Finalidade da certidão (Licitação)

Busca feita por: RFB

Certidão expedida por: RFB

Assinado eletronicamente.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG-RJ (<http://validador.e-cartoriorj.com.br>)

A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.





6º Ofício do Registro de Distribuição

202116694

Sede – Av. Rio Branco, 135 – sala 501 – CEP 20.040-006

Pedidos de Certidão – Av. Rio Branco, 135 – Sala 415

www.sextodistribuidorj.com.br

Edgard França – Oficial Titular
Denyse Parreira França – Substituta

Poder Judiciário – TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDTA 00345 KTE
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validadore-cartoriorj, disponível na appstore ou Google Play.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
O REGISTRADOR DO 6º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REVENDO EM SEU PODER E SERVIÇO E/OU ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES REGISTRADAS, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que:

- Escrituras Lavradas nos Serviços Notariais **pares**;
- Escrituras Lavradas nas Circunscrições de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Procurações em Causa Própria, lavradas nos Serviços Notariais e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Procurações Públicas em Geral, Substabelecimentos e Revogações, lavrados nos Serviços notariais e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Testamentos Públicos, Cerrados e Revogatórios lavrados e aprovados nos Serviços Notariais **pares** e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Contratos particulares, equiparados às escrituras públicas por força da lei;
- Contratos particulares translativos de direitos reais e procurações em causa própria relativos a estes direitos;
- Títulos de origem judicial translativos de direitos reais sobre imóveis;
- Escrituras lavradas em outros Municípios, cujo imóvel tenha como circunscrição imobiliária **par** deste Município;
- Inventários, Partilhas, Separações, Divórcios e Extinções de União Estável, Consensuais, decorrentes da Lei 11.441/2007, lavrados nos Serviços Notariais e nas Circunscrições de Registro Civil de Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Usucapião Extrajudicial, cujo imóvel pertença à circunscrição imobiliária par deste Município, que:

DESDE vinte e cinco de maio de dois mil e um até vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, que deles **NADA CONSTA** em nome de **MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ: 04.312.370/0001-15**, como requerido. Cidade do Rio de Janeiro, vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um.

Pedido	Busca	Certidão	Lei 3217/99	Lei 4664/05	Lei 111/06	Lei 6281/12	Lei 6370/12	Lei 7128/15	TOTAL
202116694	43.70	44.65	17.67	4.41	4.41	3.53	0.89	4.70	123.96
Busca: FMO	Expedida por: CR EL/	CERP=1eb2da9f-eb45-46a2-922b-55c72315583a					Pesquisa de Bens/Escrituras		

- A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Central Eletrônica de Registros Públicos - ANOREG RJ (<http://validador.e-cartoriorj.com.br>)
- A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa) dias após a sua emissão.
- Provimento CGJ nº 89/2016, regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Estado do Rio de Janeiro
Cidade do Rio de Janeiro
70 OFICIO DE REGISTRO DE DISTRIBUICAO
Rua da Assembleia 10 - Sala 2212
Centro Candido Mendes

LAIR PIRES DA FONSECA, responsavel pelo expediente
do 7o Oficio de Registro de Distribuicao (de Titulos
para Protesto) da Capital do Estado do Rio de Janeiro,

C E R T I F I C A

que revendo os registros das distribuicoes de duplicatas, tripli-
catas, notas promissorias, letras de cambio, cheques, 'warrants',
debentures, conhecimentos de frete, confissoes de dividas,
verificacoes de contas, contratos de cambio, cédulas de credito
bancario e outros documentos de divida, feitas em seu
servico desde 02 MAIO 2016 ATE' 28 MAIO 2021

NADA CONSTA CONTRA MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA=====

COM O CGC : 04312370000115=====

(*ZERO*QUATRO*TRES*UM*DOIS*TRES*SETE*ZERO*ZERO*ZERO*ZERO*UM*UM*CINCO*)

O REFERIDO E' VERDADE E DA' FE'.

Certidao emitida em nome de MULTIPLY SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA=====

Cgc/Cpf 04312370000115

RIO DE JANEIRO (RJ), 31 MAIO 2021

EU, RE, A ASSINO.

TABELA	ITEM	ATO	EMOLUMENTOS
01	1	Buscas	R\$ 22,80
04	8	Cert.ext.liv.	R\$ 44,65
		EMOLUMENTOS	R\$ 67,45
		F.E.T.J 20%	R\$ 13,49
		FDPERJ+FPERJ+FUNPEN 14%	R\$ 9,43
		ATOS GRAT.E PMCMV 02%	R\$ 0,89
		I.S.S 7128/15	R\$ 3,59
		TOTAL DO ATO	R\$ 94,85

Poder Judiciario - TJERJ
Corregedoria Geral de Justica
Selo de Fiscalizacao Eletronico
EDRY 35546 WFX
Consulte a validade do selo em:
www3.tjrj.jus.br/sitepublico

Provimento CGJ no.89/2016, regulamenta a emissao e o uso de certidoes
eletronicas pelos servicos extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro

SAC: (21) 2531-2100

A autenticidade dessa certidão deve ser confirmada no site da Central Eletrônica
de Registros Públicos - ANOREG-RJ (<http://validador.e-cartorioj.com.br>).
A certidão eletrônica estará disponível para download pelo período de 90 (noventa)
dias após sua emissão.
CERP 812069af-f18b-4c9f-93ac-5ac5f21df693



9º Ofício do Registro de Distribuição da Capital

AV Nilo Peçanha, 26 - 6 andar - RJ - TEL (21) 3231-7703 - CNPJ : 27.586.239/0001-41

CERTIDÃO FISCAL E FAZENDÁRIA

Emitida atendendo a Legislação Federal vigente (Art. 134, 205, 206 e 209 do CTN), o CODJERJ e as normas da Corregedoria - Geral da Justiça, MARCIO BAROUKEL DE SOUZA BRAGA, OFICIAL DO 9º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nomeado na forma da lei, revendo em seu poder e serviço os livros de Registro, Papéis, Fichários, Arquivos e/ou Assentamentos das Distribuições e Comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes, CERTIFICA, CONFORME O REQUERIDO, e DÁ FÉ, observados os artigos 13, 28 e 41 Lei 8935/94, com referência às buscas dos assuntos abaixo, no período certificado, exceto as relacionadas às EXECUÇÕES FISCAIS para as quais se realiza busca integral nos registros desta Serventia, e, que, desde 28 de Maio de 2001 à 28 de Maio de 2021,

- I - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E SUAS AUTARQUIAS;
 - II - EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E SUAS AUTARQUIAS;
 - III - Ações de Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
 - IV - Ações de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro distribuídas à Vara com competência fazendária específica;
 - V - Ações promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Ordinárias, Sumárias, Possessórias;
 - VI - Medidas Cautelares promovidas pelo Município, pelo Estado e suas Autarquias, tais como: Produção Antecipada de Provas, Notificações, Interpelações;
 - VII - Ações e Medidas Cautelares distribuídas às Varas de Fazenda Pública, tais como: Ordinárias, Sumaríssimas, Desapropriações, Despejos, Possessórias, Notificações, Produção Antecipada de Provas, Protestos, Interpelações, Cartas Precatórias e outras;
 - VIII - Ações e Precatórias de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. (Alínea acrescida pelo Provimento CGJ nº 31/2011), 6411275
- QUE CERTIFICA

NADA CONSTA contra o nome de ***MULTIPLY SERVICOS DE MANUT ENCAO LTDA**, com CNPJ: 04.312.370/0001-15, ***** dados estes fornecidos pelo requerente, conforme cópia do pedido de certidão arquivado nesta Serventia: ***** Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2021

Emolumentos: BUSCA R\$ 95.95 + (R\$ 19.19 do FETJ + R\$ 4.79 do FunDPERJ + R\$ 4.79 do FunPERJ + R\$ 3.83 do FunARPENRJ + R\$ 0.89 do FundoJG + R\$ 5.09 do ISS)

Valor do Ato: R\$ 134.53

FINALIDADE : LICITACAO

Protocolo: SE-2021/041430-001 (001/001)

Buscado por: LUIZ
Eu, Oficial a assino:

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral e Justiça
Selo de fiscalização eletrônica
EDUW86985 YEL

05/31-11:32:50

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
arqBusca : 20210527



SE-2021/041430-001



086985



Poder Judiciário
Estado do Rio de Janeiro

CERTIDÃO

Nº 2021.713.10595

Em atendimento ao requerido junto a esta Corregedoria-Geral da Justiça/RJ por **MULTIPLY SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA**, CNPJ/CPF nº **04.312.370/0001-15**, **CERTIFICO**, para fins de prova em Licitação Pública que, de acordo com o artigo nono c/c os artigos cento e vinte e quatro e cento e vinte e cinco da Resolução número cinco, de vinte e quatro de março de mil novecentos e setenta e sete, (Livro III, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro), os **Ofícios do Registro de Distribuição na Comarca da CAPITAL do Estado do Rio de Janeiro**, são em número de nove, competindo: **I - aos dos 1º e 2º Ofícios**: o registro dos feitos da competência das Varas de Órfãos e Sucessões, das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo as da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **II - as dos 3º e 4º Ofícios**: o registro das habilitações para casamento, dos feitos de competência das Varas Criminais e os contenciosos e administrativos das demais varas, salvo os da Fazenda Pública, que lhes forem distribuídos; **III - aos dos 5º e 6º Ofícios**: a anotação das escrituras, procurações públicas em geral, substabelecimentos e respectivas revogações, distribuídas aos cartórios de notas e de circunscrições de numeração ímpar e par, respectivamente, e, em livro próprio, dos testamentos públicos e cerrados, bem como dos títulos judiciais e contratos particulares translativos de direitos reais sobre imóveis e das procurações em causa própria relativas a estes direitos; **IV - ao do 7º Ofício**: a distribuição, alternadamente, pelos respectivos ofícios, dos títulos destinados a protesto; **V - ao do 8º Ofício**: a distribuição, pelos respectivos ofícios, dos títulos e documentos destinados a registro; **VI - ao do 9º Ofício**: o registro dos feitos da competência das varas da Fazenda Pública do Estado (artigo 124), que lhes forem distribuídos. **CERTIFICO** ainda, que, os **Cartórios de Registro de Protesto de Títulos** são em número de quatro, numerados: **1º, 2º, 3º e 4º**, e a eles compete, pelo artigo quarenta e oito do Código supramencionado, lavrar, em tempo e forma regulares, os instrumentos de proteção de letras, notas promissórias, duplicatas e outros títulos sujeitos a essa formalidade, por falta de aceite ou pagamento, fazendo as transcrições, notificações e declarações necessárias, de acordo com as prescrições legais. **CERTIFICO** mais, que, ao **2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas**, incumbe, consoante o artigo trinta e três e seguintes do Código acima citado, o registro dos atos judiciais referentes às restrições da capacidade jurídica e, privativamente, à expedição de certidões para prova da referida capacidade. Cabendo a este inclusive, registrar obrigatoriamente as sentenças declaratórias de insolvência ou de falência, a extensão desta a terceiros, as de extinção das obrigações do insolvente ou do falido, as de reabilitação deste, as decisões de deferimento das concordatas e as sentenças que a julgarem cumpridas. Através da Lei 4453/04, o registro dos atos judiciais inerentes à capacidade jurídica e a expedição de certidões para a prova de capacidade, compete ao 1º Registro Civil de Pessoas Naturais. **CAPITAL 01 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Ouvidor, 63 2. andar - Centro; **CAPITAL 02 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 19 7. andar - Centro; **CAPITAL 03 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Avenida Erasmo Braga, 227 grupo 201 - Centro; **CAPITAL 04 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua do Carmo, 08 3 andar - Centro; **CAPITAL 05 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: AVENIDA RIO BRANCO, 131 11 ANDAR GRUPO DE SALAS 1101, 1102, 1103 E 1104 - Centro; **CAPITAL 06 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Rio Branco, 135 sala 501 - Centro; **CAPITAL 07 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 SALAS 2201 A 2212 - Centro; **CAPITAL 08 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Rua da Assembleia, 10 salas 1515 a 1517 - Centro; **CAPITAL 09 OF DO REG DE DISTRIBUICAO**: Av. Nilo Pecanha, 26 Grupo 601 - Centro; **CAPITAL 01 RCPN**: Praia de Olaria, 155 Cocota - Ilha do Governador; **CAPITAL 01 OF DE REG DE PROT TITULOS**: AVENIDA ERASMO BRAGA, 227 1o. ANDAR, GRUPOS 101 A 107, 112/113 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE PROT TITULOS**: RUA DO CARMO, 09 3o. e parte do 4o. andares - Centro; **CAPITAL 03 OF DE REG DE PROT TITULOS**: Rua da Assembleia, 10 salas 2101 a 2110 - Centro; **CAPITAL 02 OF DE REG DE INTERD E TUTELAS**: Rua da Assembleia, 19 9. andar - Centro.

Observações:

- As informações do nome e nº do CPF/CNPJ do solicitante são de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no endereço <http://www.tjrj.jus.br/cgj>
- A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, em até 3 (três) meses após a expedição.

Rio de Janeiro, 07/06/2021 11:16:23.

Divisão de Pessoal da Diretoria Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Regimento de Custas Judiciais do Estado do Rio de Janeiro
Valor cobrado: R\$ 24,01 GRERJ Nº 4143550674943

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2021/00001036
Nome: LUIZ FREITAS BORGES CPF: 530.378.397-91
CRC/UF n.º RJ-047180/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Validade: 19.09.2021
Finalidade: EDITAIS DE LICITAÇÃO

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRC.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : 530.378.397-91 Controle : 2024.2651.2651.2965

FAETEC

PE 03/2021

LOTE 1



**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Auxiliar Administrativo IV	61

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.665,93
pertinente ao serviço de Apoio Administrativo IV, conforme Lei Estadual nº 8.315, de 19 de março de 2019.

MÃO DE OBRA	Valor (R\$)
Remuneração	R\$ 1.665,93
Salário	
Hora Extra	
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	
Adicional Noturno	
Outros (especificar)	
Total da Remuneração	R\$ 1.665,93

III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)

Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	333,19
02 - SESP ou SESC	1,00%	R\$	16,66
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	24,99
04 - INCRA	0,20%	R\$	3,33
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	41,65
06 - FGTS	8,00%	R\$	133,27
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	24,99
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	10,00
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	588,07

Grupo "B"			
09 - Férias	11,11%	R\$	185,08
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$	0,17
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$	0,17
12 - Faltas Legais	0,01%	R\$	0,17
13 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$	0,17
14 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	32,32
15 - 13º salário	8,33%	R\$	138,77
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$	356,84

Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	7,00
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	53,31
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	13,33
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	73,63

Grupo "D"			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$	125,97
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$	125,97

Grupo "E"			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,47
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	2,47

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$	1.146,98
-----------------------------------	---------------	------------	-----------------

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$	2.812,91
---------------------------------------------------------------	------------	-----------------

IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

1 - Auxílio Alimentação	R\$	368,55
2 - Transporte	R\$	170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-R\$	99,96
3 - Seguro de Vida	R\$	16,00
4 - Benefício Social Familiar	R\$	454,69
Total dos Benefícios		

V - INSUMOS

1 - Uniformes	R\$	29,28
2 - Equipamentos	R\$	-
3 - Materiais	R\$	-
4 - Outros (especificar)	R\$	-
Total de Insumos	R\$	29,28

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO

1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$	16,48
2 - Lucro	0,50%	R\$	16,57
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$	33,05

VII - TRIBUTOS

1 - ISSQN	5,00%	R\$	182,26
2 - COFINS	3,00%	R\$	109,36
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$	23,69
Valor dos Tributos	8,65%	R\$	133,05

		0,0865
A	TRIBUTOS (%) = To	
	100	
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po	R\$ 3.329,94
C	Po / (1-To) = P1	R\$ 3.645,25
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 315,31

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	R\$	3.645,25
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	-----------------

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO		Quantidade
Auxiliar de Escritório		48
R\$ 1.596,25		
A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de		
pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.		
MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		R\$ 1.596,25
Salário		
hora Extra		
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$ -
Outros (especificar)		
		R\$
Total da Remuneração		R\$ 1.596,25
III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 319,25
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$ 15,96
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 23,94
04 - INCRA	0,20%	R\$ 3,19
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 39,91
06 - FGTS	8,00%	R\$ 127,70
07 - Seguro Acidente de Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 23,94
08 - SFBRAE	0,60%	R\$ 9,58
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 563,48
Grupo "B"		
09 - Férias	11,11%	R\$ 177,34
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,16
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,16
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,16
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,16
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 30,97
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 132,97
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 341,92
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,70
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 51,08
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 12,77
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 70,55
Grupo "D"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 120,70
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 120,70
Grupo "E"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,37
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,37
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 1.099,01
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$ 2.695,26
IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
1 Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 Transporte		R\$ 170,10
3 Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 95,78
4 Seguro de Vida		R\$ 16,00
Benefício Social Familiar		R\$ 458,88
Total dos Benefícios		R\$ 458,88
V - INSUMOS		
1 Uniformes		R\$ 29,28
2 Equipamentos		R\$ -
3 Materiais		R\$ -
4 Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 15,92
2 Lucro	0,50%	R\$ 16,00
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 31,91
VII - TRIBUTOS		
1 ISSQN	5,00%	R\$ 175,99
2 COFINS	3,00%	R\$ 105,59
3 PIS/PASEP	0,65%	R\$ 22,88
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 128,47
A TRIBUTOS (%) = To		0,0865
100		
B Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$ 3.215,33
C Po / (1-To) = P1		R\$ 3.519,79
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 304,46
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$ 3.519,79

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Recepcionista	8

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.381,65

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA	Valor (R\$)
Remuneração	
Salário	R\$ 1.381,65
Hora Extra	
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	R\$ -
Outros (especificar)	
	R\$
Total da Remuneração	R\$ 1.381,65

III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)

Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	276,33
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$	13,82
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	20,72
04 - INCRA	0,20%	R\$	2,76
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	34,54
06 - FGTS	8,00%	R\$	110,53
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	20,72
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	8,29
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	487,72
Grupo "B"			
09 - Férias	11,11%	R\$	153,50
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$	0,14
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$	0,14
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$	0,14
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$	0,14
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	26,80
16 - 13º salário	8,33%	R\$	115,09
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$	295,95
Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	5,80
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	44,21
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	11,05
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	61,07
Grupo "D"			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$	104,47
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$	104,47
Grupo "E"			
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,05
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	2,05
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	69,85%	R\$	951,26

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):	R\$ 2.332,91
---------------------------------------------------------------	---------------------

IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

1	Auxílio Alimentação	R\$	368,55
2	Transporte	R\$	170,10
	Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)	-R\$	82,90
3	Seguro de Vida		
4	Benefício Social Familiar	R\$	16,00
Total dos Benefícios		R\$	471,75

V - INSUMOS

1	Uniformes	R\$	29,28
2	Equipamentos	R\$	-
3	Materiais	R\$	-
4	Outros (especificar)	R\$	-
Total de Insumos		R\$	29,28

VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO

1	Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$	14,17
2	Lucro	0,50%	R\$	14,24
Valor dos Custos Indiretos e Lucro		1,00%	R\$	28,41

VII - TRIBUTOS

1	ISSQN	5,00%	R\$	156,67
2	COFINS	3,00%	R\$	94,00
3	PIS/PASEP	0,65%	R\$	20,37
Valor dos Tributos		8,65%	R\$	114,37

A	TRIBUTOS (%) = To		0,0865
B	Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po	R\$	2.862,35
C	Po / (1-To) = P1	R\$	3.133,39

Valor dos Tributos P1 - Po	R\$	271,04
-----------------------------------	------------	---------------

VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)	R\$	3.133,39
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	-----------------

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Auxiliar de Almoxarife	16

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.381,65

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		R\$ 1.381,65
Salário		
Hora Extra		
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%	R\$ -
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$ -
Outros (especificar)		
Total da Remuneração		R\$ 1.381,65
III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 276,33
02 - SESP ou SESC	1,00%	R\$ 13,82
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 20,72
04 - INCRA	0,20%	R\$ 2,76
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 34,54
06 - FGTS	8,00%	R\$ 110,53
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 20,72
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 8,29
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 487,72
Grupo "B"		
09 - Férias	11,11%	R\$ 153,50
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,14
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,14
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,14
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,14
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 26,80
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 115,09
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 295,95
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 5,80
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 44,21
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 11,05
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 61,07
Grupo "D"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 104,47
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 104,47
Grupo "E"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,05
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,05
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 951,26
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$ 2.332,91
IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
1 - Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 - Transporte		R\$ 170,10
3 - Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 82,90
4 - Seguro de Vida		R\$ 16,00
Benefício Social Familiar		R\$ 471,75
Total dos Benefícios		
V - INSUMOS		
1 - Uniformes		R\$ 29,28
2 - Equipamentos		R\$ -
3 - Materiais		R\$ -
4 - Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 14,17
2 - Lucro	0,50%	R\$ 14,24
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 28,41
VII - TRIBUTOS		
1 - ISSQN	5,00%	R\$ 156,67
2 - COFINS	3,00%	R\$ 94,00
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$ 20,37
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 114,37
A - TRIBUTOS (%) = To		0,0865
B - Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$ 2.862,35
C - Po / (1-To) = P1		R\$ 3.133,39
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 271,04
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$ 3.133,39

**FAETEC
ANEXO IV**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC.

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Almoxarife	6

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.853,65

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA			
Remuneração			Valor (R\$)
Salário		R\$	1.853,65
Hora Extra		R\$	-
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%	R\$	-
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$	-
Outros (especificar)		R\$	-
Total da Remuneração		R\$	1.853,65
III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)			
Grupo "A"			
01 - INSS	20,00%	R\$	370,73
02 - SESC ou SESC	1,00%	R\$	18,54
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$	27,80
04 - INCRA	0,20%	R\$	3,71
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$	46,34
06 - FGTS	8,00%	R\$	148,29
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$	27,80
08 - SEBRAE	0,60%	R\$	11,12
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$	654,34
Grupo "B"			
09 - Férias	11,11%	R\$	205,94
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$	0,19
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$	0,19
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$	0,19
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$	0,19
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$	35,96
16 - 13º salário	8,33%	R\$	154,41
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$	397,05
Grupo "C"			
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	7,79
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$	59,32
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$	14,83
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$	81,93
Grupo "D"			
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$	140,16
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$	140,16
Grupo "E"			
20 - Incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$	2,75
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$	2,75
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$	1.276,23
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$	3.129,88
IV - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
1 - Auxílio Alimentação		R\$	368,55
2 - Transporte		R\$	170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$	111,22
3 - Seguro de Vida		R\$	16,00
4 - Benefício Social Familiar		R\$	443,43
Total dos Benefícios		R\$	443,43
V - INSUMOS			
1 - Uniformes		R\$	29,28
2 - Equipamentos		R\$	-
3 - Materiais		R\$	-
4 - Outros (especificar)		R\$	-
Total de Insumos		R\$	29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO			
1 - Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$	18,01
2 - Lucro	0,50%	R\$	18,10
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$	36,12
VII - TRIBUTOS			
1 - ISSQN	5,00%	R\$	199,16
2 - COFINS	3,00%	R\$	119,50
3 - PIS/PASEP	0,65%	R\$	25,89
Valor dos Tributos	8,65%	R\$	145,39
A - $TRIBUTOS (\%) = To$			0,0865
B - $Mão\ de\ Obra + Insumos + Demais\ Componentes = Po$		R\$	3.638,70
C - $Po / (1 - To) = P1$		R\$	3.983,26
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$	344,55
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$	3.983,26

FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Assistente Administrativo Junior	70

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 1.516,70

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		R\$ 1.516,70
Salário		
Hora Extra		
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)	0%	R\$ -
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida		R\$ -
Outros (especificar)		
		R\$
Total da Remuneração		R\$ 1.516,70
III - ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 303,34
02 - SESI ou SESC	1,00%	R\$ 15,17
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 22,75
04 - INCRA	0,20%	R\$ 3,03
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 37,92
06 - FGTS	8,00%	R\$ 121,34
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 22,75
08 - SEBRAE	0,60%	R\$ 9,10
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 535,40
Grupo "B":		
09 - Férias	11,11%	R\$ 168,51
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,15
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,15
12 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,15
13 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,15
14 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 29,42
15 - 13º salário	8,33%	R\$ 126,34
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 324,88
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,37
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 48,53
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 12,13
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 67,04
Grupo "D":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 114,68
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 114,68
Grupo "E":		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,25
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,25
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 1.044,24
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$ 2.560,94
IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
1 Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 Transporte		R\$ 170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 91,00
3 Seguro de Vida		
4 Benefício Social Familiar		R\$ 16,00
Total dos Benefícios		R\$ 463,65
V - INSUMOS		
1 Uniformes		R\$ 29,28
2 Equipamentos		R\$ -
3 Materiais		R\$ -
4 Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 15,27
2 Lucro	0,50%	R\$ 15,35
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 30,62
VII - TRIBUTOS		
1 ISSQN	5,00%	R\$ 168,83
2 COFINS	3,00%	R\$ 101,30
3 PIS/PASEP	0,65%	R\$ 21,95
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 123,24
A TRIBUTOS (%) = To		0,0865
B Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$ 3.084,48
C Po / (1-To) = P1		R\$ 3.376,55
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 292,07
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$ 3.376,55

FAETEC
ANEXO IV

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos e Formação de Preços para Serviços de gerenciamento de serviços terceirizados de mão de obra nas funções de APOIO ADMINISTRATIVO de executados de forma contínua nas Unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Referência - Processo Nº SEI 260005/002832/2020
Pregão Eletrônico nº 03/2021
Data da realização: 26/03/2021 Horário: 10:00
Data da apresentação da proposta: 19/04/2021

I - POSTO DE SERVIÇO	Quantidade
Assistente de Administração Senior	50

A proposta foi elaborada com base no Salário normativo de R\$ 2.008,98

pertinente ao serviço de Apoio Administrativo, homologado por Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho em nº RJ000713/2021.

MÃO DE OBRA		Valor (R\$)
Remuneração		R\$ 2.008,98
Salário		
Hora Extra	0%	R\$ -
Adicional (Periculosidade/Insalubridade)		R\$ -
Adicional Noturno + Hora Noturna reduzida	0%	R\$ -
Gratificação		R\$ -
Total da Remuneração		R\$ 2.008,98
III - ENCARGOS SOCIAIS (incidentes sobre valor da remuneração)		
Grupo "A"		
01 - INSS	20,00%	R\$ 401,80
02 - Sesi ou Sesc	1,00%	R\$ 20,09
03 - SENAI ou SENAC	1,50%	R\$ 30,13
04 - INCRA	0,20%	R\$ 4,02
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 50,22
06 - FGTS	8,00%	R\$ 160,72
07 - Seguro Acidente do Trabalho (RAT x FAP)	1,50%	R\$ 30,13
08 - FERRAF	0,60%	R\$ 12,05
TOTAL DO GRUPO A	35,30%	R\$ 709,17
Grupo "B"		
09 - Férias	11,11%	R\$ 223,20
10 - Auxílio Doença	0,01%	R\$ 0,20
11 - Licença Maternidade / Paternidade	0,01%	R\$ 0,20
13 - Faltas Legais	0,01%	R\$ 0,20
14 - Acidente de Trabalho	0,01%	R\$ 0,20
15 - Aviso Prévio	1,94%	R\$ 38,97
16 - 13º salário	8,33%	R\$ 167,35
TOTAL DO GRUPO B	21,42%	R\$ 430,32
Grupo "C"		
17 - Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 8,44
18 - Indenização Adicional	3,20%	R\$ 64,29
19 - Indenização (Rescisões sem justa causa)	0,80%	R\$ 16,07
TOTAL DO GRUPO C	4,42%	R\$ 88,80
Grupo "D"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	7,56%	R\$ 151,90
TOTAL DO GRUPO D	7,56%	R\$ 151,90
Grupo "E"		
20 - incidência dos encargos do grupo "A" sobre o item 17 do grupo "C"	0,15%	R\$ 2,98
TOTAL DO GRUPO E	0,15%	R\$ 2,98
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS	68,85%	R\$ 1.383,17
VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Encargos Sociais):		R\$ 3.392,15
IV - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
1 Auxílio Alimentação		R\$ 368,55
2 Transporte		R\$ 170,10
Dedução Legal (Base de Cálculo - limite de 6% do salário básico)		-R\$ 120,54
3 Seguro de Vida		R\$ 16,00
4 Benefício Social Familiar		R\$ 434,11
Total dos Benefícios		
V - INSUMOS		
1 Uniformes		R\$ 29,28
2 Equipamentos		R\$ -
3 Materiais		R\$ -
4 Outros (especificar)		R\$ -
Total de Insumos		R\$ 29,28
VI - CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
1 Despesas Administrativas / Operacionais	0,50%	R\$ 19,28
2 Lucro	0,50%	R\$ 19,37
Valor dos Custos Indiretos e Lucro	1,00%	R\$ 38,65
VII - TRIBUTOS		
1 ISSQN	5,00%	R\$ 213,15
2 COFINS	3,00%	R\$ 127,89
3 PIS/PASEP	0,65%	R\$ 27,71
Valor dos Tributos	8,65%	R\$ 155,60
A TRIBUTOS (%) = To		0,0865
B Mão de Obra + Insumos + Demais Componentes = Po		R\$ 3.894,19
C Po / (1-To) = P1		R\$ 4.262,94
Valor dos Tributos P1 - Po		R\$ 368,74
VIII - PREÇO MENSAL POR POSTO (Mão de obra + Benefícios + Insumos + Custos Indiretos e Lucro + Tributos)		R\$ 4.262,94

FAETEC - PE 03/2021

ANEXO VII


PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS POR FUNÇÃO

LOTE 01

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Função	Carga Horária	Valor Salário	Valor dos Custos (Anexo IV)	Valor Mensal	Valor Anual	Quantidade por Função	Valor Total Anual
APOIO ADMINISTRATIVO							
1 Auxiliar Administrativo IV	44 hrs	R\$ 1.665,93	R\$ 3.645,25	R\$ 3.645,25	R\$ 43.743,03	61	R\$ 2.668.324,70
2 Auxiliar de Escritório	44 hrs	R\$ 1.596,25	R\$ 3.519,79	R\$ 3.519,79	R\$ 42.237,46	48	R\$ 2.027.398,23
3 Recepcionista	44 hrs	R\$ 1.381,65	R\$ 3.133,39	R\$ 3.133,39	R\$ 37.600,63	8	R\$ 300.805,08
4 Auxiliar de Almoxarife	44 hrs	R\$ 1.381,65	R\$ 3.133,39	R\$ 3.133,39	R\$ 37.600,63	16	R\$ 601.610,16
5 Almoxarife	44 hrs	R\$ 1.853,65	R\$ 3.983,26	R\$ 3.983,26	R\$ 47.799,06	6	R\$ 286.794,39
6 Assistente Administrativo Junior	44 hrs	R\$ 1.516,70	R\$ 3.376,55	R\$ 3.376,55	R\$ 40.518,64	70	R\$ 2.836.304,71
7 Assistente Administrativo Senior	44 hrs	R\$ 2.008,98	R\$ 4.262,94	R\$ 4.262,94	R\$ 51.155,26	50	R\$ 2.557.762,75
TOTAL ANUAL						259	R\$ 11.279.000,00

**FAETEC
ANEXO I**

		SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL ANEXO I PROPOSTA DETALHE		Processo nº SEI 260005/002832/2020 Licitação por: Pregão Eletrônico Nº 003/2021 Requisição: PES Nº		
A empresa ao lado propõe-se a fornecer ao Estado do Rio de Janeiro pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Licitação por: Pregão Eletrônico 003/2021				CARIMBO		
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
					MENSAL	GLOBAL
LOTE 1 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - APOIO ADMINISTRATIVO						
1		<p>1- SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA PARA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.</p> <p>Observação: Conforme Termo de Referência anexo.</p> <p>IMPORTANTE: DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DOS SEGUINTE FORMULÁRIOS PERTENCENTES AO TERMO DE REFERENCIA:</p> <p>- Anexo IV - Planilha de Custos por FUNÇÃO</p> <p>- Anexo VII - Planilha de Estimativa com Preço Unitário por Função</p>	MÊS	12	R\$ 939.916,67	R\$ 11.279.000,00
TOTAL POR EXTENSO: Onze milhões e duzentos e setenta e nove mil reais.						
<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>1ª-Digitar, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador.</p> <p>2ª- O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª-A via da PROPOSTA DETALHE junto com os outros Anexos, deverão ser entregues na FAETEC, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento.</p> <p>4ª- A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p>			<p>Prazo de execução: 12 (doze) meses.</p> <p>Validade da Proposta Detalhe: Preços validos por 60 (sessenta) dias.</p> <p>Local de Execução: De acordo com os Locais estipulados no Termo de Referência</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente.</p> <p>Em: 06 de julho de 2021.</p> <p align="center"> Representante Legal</p> <p align="right">RG 21389532-0</p>			
<p>OBS: Informar dos dados bancários:</p> <p>Banco Bradesco N.º Agência: 2949-1 C/C: 29171-4</p>			<p>Firma Proponente: MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI</p> <p>CNPJ: 04.312.370/0001-15 Tel: (21) 3486-050 Rua Vinte e Quatro de Fevereiro, 169 - Bonsucesso - Rio de Janeiro/RJ. Email: licitacao@multiplyservicos.com.br / mz.servicos2001@gmail.com</p>			

Resultados da Consulta do Estabelecimento

Filtrar Consulta do FAP

*Ano de Vigência:

2021 ▼

Selecione um Estabelecimento:

04.312.370/0001-15 ▼

ou complete o CNPJ Raiz 04.312.370/

Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para : FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2020 - Valor do Fap: 0,5000 ▼

Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI

CNPJ Completo: 04.312.370/0001-15

Endereço: R Vinte E Quatro De Fevereiro 00129 - Bonsucesso - Rio De Janeiro - RJ

CEP: 21040-300

Início da Atividade: 28/02/2001

Data da última atualização na RFB na extração: 03/11/2005

Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2021

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2018 a 31/12/2019

Data de extração dos dados da arrecadação:

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP: 22/07/2020

Origem: eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: 25/06/2020

Data de extração dos dados de benefícios: 01/04/2020

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 11/03/2020

Ano de Referência: 2018

Fonte: IBGE

Valor do FAP Original

FAP Original : 0,5000

Data do Cálculo : 30/09/2020

Histórico de processamento do FAP

FAP Original: 0,5000

Data do Cálculo: 30/09/2020

Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT com Óbito:	0	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91:	0
Massa Salarial:	1.745.849,76	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92:	0
Número Médio de Vínculos:	33,2083	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE:	4.811	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP:	2.798	Valor Total de Benefícios Pagos:	0,00

Atividade econômica do estabelecimento(Subclasse da CNAE - 2.3): IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (81.22-2/00)

Atividade econômica do estabelecimento - Relação de GFIPs válidas e eSocial: [Visualizar Relatório](#)

Indicadores do Estabelecimento FAP Original

Índice de Frequência:	0,0000	Número de Ordem de Frequência:	1,0000	Percentil de Ordem de Frequência:	0,0000
Índice de Gravidade:	0,0000	Número de Ordem de Gravidade:	1,0000	Percentil de Ordem de Gravidade:	0,0000
Índice de Custo:	0,0000	Número de Ordem de Custo:	1,0000	Percentil de Ordem de Custo:	0,0000
Taxa Média de Rotatividade:	0,0000%			Índice Composto:	0,0000

RELAÇÃO DE TOMADOR/OBRA - RET

EMPRESA: MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI INSCRIÇÃO: 04.312.370/0001-15 N° ARQUIVO: KuEoRVZn0ov0000-9
FPAS: 515 OUTRAS ENTIDADES: 0115 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 3,0 FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,50 COD REC: 150 COMP: 01/2021 N° CONTROLE: MGMqmQPnhB10000-2
TOMADOR/OBRA : MULTIPLY SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI INSCRIÇÃO: 04.312.370/0001-15 N° CONTROLE: EGuGTWtemaU0000-0
LOGRADOURO BAIRRO CIDADE CEP UF
24 DE FEVEREIRO 129 BONSUCESSO RIO DE JANEIRO 21040300 RJ

MODALIDADE : 9-Confirmação Informações Anteriores - Rec/Decl ao FGTS e Decl à Previdência

VALORES PREVIDÊNCIA		VALORES FGTS - 8%
REM SEM 13° SALÁRIO	8.039,00	REM SEM 13° SALÁRIO 7.000,00
REM BASE CALC 13° SAL	0,00	REM 13° SALÁRIO 0,00
		DEPÓSITO 0,00
		ENCARGOS FGTS 0,00
		CONTRIB SOCIAL 0,00
		ENCARGOS CONTRIB SOC 0,00
TOTAL TRABALHADORES	3	TOTAL TRABALHADORES 2

VALORES PREVIDÊNCIA		VALORES FGTS - 8%
REM SEM 13° SALÁRIO	8.039,00	REM SEM 13° SALÁRIO 7.000,00
REM BASE CALC 13° SAL	0,00	REM 13° SALÁRIO 0,00
CONTR SEGURADOS DEVIDA	796,83	DEPÓSITO 0,00
VAL DEVIDO PREV SOC	-34.662,52	ENCARGOS FGTS 0,00
		CONTRIB SOCIAL 0,00
		ENCARGOS CONTRIB SOC 0,00
TOTAL TRABALHADORES	3	TOTAL TRABALHADORES 2

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 04.312.370/0001-15

Mês/Ano: JAN 2021

Dados Iniciais

Período: 01/01/2021 a 31/01/2021

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Presumido

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: NÃO

Situação da PJ no mês da declaração: PJ foi excluída do Simples no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Regime de Competência

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:

MULTIPLY SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA EIRELI

Logradouro: RUA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO

Complemento:

Município: RIO DE JANEIRO

CEP: 21040-300

Telefone:

Fax:

Caixa Postal: UF: CEP:

Correio Eletrônico:

Número: 129

Bairro/Distrito: BONSUCESO

UF: RJ

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000713/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/03/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013858/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.103061/2021-26
DATA DO PROTOCOLO: 22/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2021, será no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), sofrendo um reajuste no percentual de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.301,00
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.301,00
- ARRECADADOR	R\$ 1.301,00
- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.309,01
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.381,65
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.301,00

- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 1.596,25
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 1.606,40
- ALMOXARIFE	R\$ 1.853,65
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 1.516,70
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 1.758,15
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.008,98
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.083,70 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 2.325,28 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.301,00
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.301,00
- COZINHEIRA	R\$ 1.767,90
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 1.928,60
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 2.660,14
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.483,60
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 1.547,06
- ENCARREGADO	R\$ 1.624,91
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 1.862,08
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 3.321,39
- FAXINEIRA	R\$ 1.301,00
- GARÇOM	R\$ 1.853,65
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 1.930,49
- JARDINEIRO	R\$ 2.132,74
- LIMPADOR	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.301,00 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.301,00
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 1.657,74 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.301,00
- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.301,00
- MANOBRISTA	R\$ 1.381,65
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.301,00
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.381,65 + periculosidade

- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.381,65 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 1.684,98
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 1.519,82
- PORTEIRO/VIGIA/ZELADOR	R\$ 1.441,67
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.381,65
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.224,18
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 2.683,45
- SERVENTE	R\$ 1.301,00
- SUPERVISOR	R\$ 3.321,39
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.301,00
- TRICICLISTA	R\$ 1.321,59

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de Março/2021, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilíngue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho - TST, no Acórdão 0000076-64.2016.5.10.0000, de 11/4/2017, permitiu que os instrumentos normativos de trabalho pudessem, à luz do artigo 7º, inciso XXVI, da Carta Magna, flexibilizar a legislação sobre cotas, em atenção à realidade do setor, sem, entretanto, convencionar qualquer tipo de regra de inobservância da reserva legal de vagas, e com base na prevalência da autonomia da vontade coletiva, previsto na Lei 13.467/17, os Sindicatos

Convenientes acordam que o piso salarial do jovem aprendiz, a partir de 1º de Março de 2021, será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), convertido em salário/hora.

Considerando que o Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, em virtude de denúncia (notícia de fato/ inquérito civil nº.004347.2019.01.000/8) apresentada pela Auditoria Fiscal do Trabalho, reconheceu que a presente cláusula convencional encontra-se com o devido amparo legal, os Sindicatos convenientes adotam a respectiva cláusula para toda a categoria representada por esta convenção coletiva de trabalho, nos seguintes termos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas prestadoras de serviços de asseio e conservação deverão aplicar o percentual de aprendizagem de 5%, previsto no art. 429 da CLT, sobre todas as funções que demandarem formação profissional, sendo que para fins de efeito de contagem do respectivo percentual, será levado em consideração o efetivo da empresa no referido mês de apuração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para efeito de enquadramento de função ao que demanda formação técnico-profissional metódica, prevista no artigo 429, da CLT, e consequente estabelecimento de cálculo de percentagem de que trata o art. 48, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, entender-se-á por formação técnico profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas em ambiente de trabalho, realizada por meio de programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica estabelecidas no art.50 do Decreto 9.579/18.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas, diante da impossibilidade comprovada na contratação de jovem aprendiz, seja através de processos de recrutamento, anúncios em jornal, entre outros meios de recrutamento ou pela insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o art.55 do Decreto 9.579/18, poderão, ainda, como forma alternativa de atender o aspecto social do parágrafo anterior, efetivar a contratação de jovens de 18 a 24 anos para prestarem serviços de asseio e conservação, com condições laborais e regime normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Os Sindicatos convenientes acordam que nos contratos de prestação de serviço, com jornada intermitente e/ou temporária, por sua natureza transitória, as empresas ficarão dispensadas do cumprimento das cotas de aprendizagem e pessoa com deficiência (pcd).

PARÁGRAFO QUINTO: Ficam excluídas da cota as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, de acordo com o art.51, §1º do Decreto 9.579/18, bem como as funções relacionadas no parágrafo primeiro da cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, por não demandarem formação profissional, por conseguinte, não existir cursos de aprendizagem, além de ser trabalho que não proporciona aos jovens uma formação profissional metódica, de complexidade progressiva, de forma a facilitar o posterior acesso do aprendiz ao mercado de trabalho, conforme jurisprudência – processo 0101447-71.2017.5.01.0005, 5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e Recurso de Revista nº TST-RR-191-51.2010.5.03.0013, de 06/08/2014.

CLÁUSULA SEXTA - DISPÊNDIO FINANCEIRO: REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL EM 5,97%

Em face da variação financeira anual a ser suportada pelas empresas, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT e, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, devem ser observadas as variações do dispêndio com mão-de-obra, ocorridas entre a CCT/20 e CCT/21, no mês da data-base, qual seja, março de 2021, nos termos da Lei nº 10.192/01, bem como do Acórdão nº 1.563/2004 e Súmula nº 222, ambos do TCU, portanto, extensiva a todos os contratantes de serviços privados e públicos (Administração Pública Federal, Estadual e Municipal), na forma a seguir demonstrada:

CLÁUSULAS	CCT / 2020	CCT / 2021	VARIAÇÃO FINANCEIRA
Cláusula 3ª (Piso salarial da Categoria)	R\$ 1.239,00	R\$ 1.301,00	5%
Cláusula 20ª (auxílio Alimentação*)	R\$ 414,00	R\$ 448,50	8,33%
*(Considerando-se em média 23 dias úteis/mês)			
Cláusula 25ª (Benefício Social Familiar)	R\$ 13,00	R\$ 16,00	23%
TOTAL	R\$ 1.666,00	R\$ 1.765,50	5,97%

REAJUSTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DA CATEGORIA: 5,97% (cinco vírgula noventa e sete por cento)

CLÁUSULA SÉTIMA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados até às 16:00 horas do quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2021, e respectivas diferenças salariais, no contracheque do mês de Abril/2021, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRA - CHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contra-cheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contra-cheques até 30 (trinta) dias após o efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme jurisprudência do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2021, observando-se o Parágrafo Quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/21, outubro/21, novembro/21 e dezembro/21) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

Outras Gratificações

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

- a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;
- b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.
- c) o adicional de insalubridade previstos nas letras "a" e "b" do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PÁRAGRAFO ÚNICO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de produtos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

Prêmios

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 19,50 (dezenove reais e cinquenta centavos), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante franquear, sob qualquer condição, as refeições aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 03/02/2021, dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.


PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano de Assistência Médica, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 12,00 (doze reais) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2021, conforme determinado na Assembléia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ONDONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Convenientes prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes, benefícios sociais, conforme tabela definida pelas Entidades e discriminadas no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos benefícios iniciará a partir de 01/04/2021 e terá como base, para seus procedimentos, o Manual de Orientação e Regras a ser disponibilizado no site da gestora em www.beneficiosocial.com.br. Para lisura do processo e conservação de direitos, este Manual deverá ser registrado em cartório, em momento oportuno.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresso consentimento das entidades convenientes, as empresas, a título de contribuição, recolherão, obrigatoriamente, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando a partir de 10/04/2021, o valor total de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br, conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária. O custeio da contribuição do plano Benefício Social Familiar será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao empregado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quanto então o empregador retomar o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

PARÁGRAFO QUARTO – Devido à natureza social e emergencial dos benefícios disponibilizados pelas entidades, na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no site da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador, e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse.

PARÁGRAFO QUINTO – O empregador, que estiver inadimplente, ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente, devendo o empregador responder a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente a` época da infração, indenização esta devida diretamente ao trabalhador e/ou seus

familiares. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação formal de débito feita por e-mail, ficará isento desta indenização.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores porventura não contribuídos serão devidos e passíveis de cobrança extrajudicial e/ou judicial, acrescidos de multa, juros e demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso nos órgãos de proteção ao crédito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta CCT, e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

PARÁGRAFO OITAVO - Estará disponível no site da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade da cláusula do Benefício Social Familiar, dos últimos 12 (doze) meses, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado. Só poderá ser emitido o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Familiar, quem estiver rigorosamente em dia com o pagamento mensal do referido benefício para todos os seus empregados, vinculados a categoria profissional das entidades convenentes.

PARÁGRAFO NONO - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

Empréstimos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

Contrato de Trabalho ☐ Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenentes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenentes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;

- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

Aviso Prévio

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cumprimento do prazo do aviso prévio previsto na legislação nº 12.506/11 dar-se-á de forma proporcional, aplicando-se integralmente tanto para empregado quanto para as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa nº 04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos de até 60 (sessenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

Relações de Trabalho ☐ Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contra-cheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

Transferência setor/empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinentes a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO ÚNICO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

Outras estabilidades

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

Jornada de Trabalho ☐ Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação, com a respectiva anuência do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro meio que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

Uniforme

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guardapós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

Relações Sindicais

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000, flexibilizaram os descontos da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, bem como o disposto na nota Técnica Número 01 do Ministério Público do Trabalho de 27/04/2018, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 10,00 (dez reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 03/02/2021, Publicada no Jornal Meia Hora, no dia 27/01/21, folhas 06, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado na folha de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato www.asseiomrj.com.br ou www.siemaco-rio.com.br, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral através de Email.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da SIEMACO-RIO a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO QUARTO – A entidade Sindical Laboral deverá enviar ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro as atas de assembleia registrando a aprovação da contribuição em favor da SIEMACO-RIO, em até 10 (dez) dias contados do dia da realização da Assembleia.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do Protocolo de pedido de registro no MTE.

PARÁGRAFO SEXTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SIEMACO-RIO encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do aprazado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO OITAVO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

PARÁGRAFO NONO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2021

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 40,00 (quarenta reais), por empregado, a ser recolhida de uma só vez até o dia 15 de Outubro de 2021, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 - DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 15 de Outubro de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 15 de Outubro de 2021, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2021

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 16 de Julho de 2021, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 16 de Julho de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão descontar mensalmente em folha de pagamento a mensalidade dos associados, no valor de R\$42,00 (quarenta e dois reais), a partir do mês de maio/21, e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato Laboral apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, através de boleto bancário emitido pelo site do sindicato www.asseiomri.com.br, ou www.siemaco-rio.com.br, tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, a listagem dos sócios quitados para aquisição do recibo definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de discordância entre a lista enviada pelo Sindicato com o pagamento feito pela Empresa, deverá a mesma apresentar e enviar ao Sindicato, justificativa dos associados não quitados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2021

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/2021, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 28 de Maio de 2021, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 28 de Maio de 2021, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 23/02/21, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal www.caixa.gov.br.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenientes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenientes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenientes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO- CICPAC

Os Sindicatos Convenientes revalidam a Cláusula Sexagésima Oitava – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2020 a 28 de Fevereiro de 2021, registrada no MTE sob a MR013716/2020, da forma que se segue:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC, nos termos da presente Cláusula, prevista no Art. 625-A da CLT, é composta de 1 (um) representante dos empregadores e 1 (um) representante dos empregados, e respectivos suplentes, com mandato de 1 (um) ano prorrogável por mais 1 (um) ano, com o objetivo de buscar a conciliação de conflitos individuais de trabalho.

1.1 - Todas as demandas de natureza trabalhista, apresentadas pelo empregado ou pela empresa, no âmbito da representatividade dos convenientes, na jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro, serão submetidas previamente à CICPAC, conforme determina o Art. 625-D da CLT.

1.2 - Não haverá qualquer hierarquia nem subordinação entre os membros da CICPAC.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia de Asseio e Conservação – CICPAC tem sede na Rua Leandro Martins, nº 10, sala 701, Centro – Rio de Janeiro, e funciona de 2ª a 6ª feira, no horário das 9:00 às 17:00 horas, tendo base territorial idêntica à jurisdição das Varas de Trabalho da Comarca do Rio de Janeiro.

2.1 - A demanda será recebida por escrito pela Secretaria da CICPAC, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de conciliação, entregando recibo ao demandante.

2.2 - Para formular a demanda, o demandante deverá apresentar todas as provas documentais, além do nome, endereço e CEP da demandada.

2.3 - A sessão de tentativa de conciliação deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do ingresso da demanda.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A título de reposição de despesas da CICPAC, será cobrado uma taxa no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser pago pela empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, sendo que, para as demais empresas, será cobrada uma taxa no valor de R\$ 100,00 (Cem reais), ambas por cada sessão de conciliação realizada.

3.1 - A remuneração dos representantes dos Sindicatos Convenentes na CICPAC é de responsabilidade de cada Sindicato respectivo.

3.2 - Não será cobrada qualquer quantia se qualquer das partes se ausentar.

3.3 - Em hipótese alguma o empregado arcará com qualquer encargo.

PARÁGRAFO QUARTO: A CICPAC notificará a empresa por meio de comunicação mais rápido possível, podendo, para tanto, ser utilizado fax, e-mail, e outros, com no mínimo cinco dias de antecedência à realização da sessão de conciliação, devendo constar dos autos, cópia dessa notificação juntamente com o comprovante de recebimento.

4.1 - Da notificação constará, necessariamente, o nome dos demandantes, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a advertência de que a demandada deverá comparecer na pessoa de seu representante legal ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir ou firmar acordo, além de apresentar cópia do contrato social da demandada.

4.2 - Quando da realização da sessão de conciliação, a demandada apresentará todas as provas documentais que achar necessário.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso qualquer das partes não compareça à sessão de conciliação, os conciliadores da CICPAC, presentes à sessão, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO: Os advogados terão livre acesso às audiências de Conciliação Prévia e poderão assistir empregados e empregadores, terem vistas dos documentos e manifestarem-se em sessão de conciliação.

6.1 - Não prosperando a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

6.2 - Aceita a conciliação será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CICPAC presentes à sessão, fornecendo cópia às partes.

6.3 - O Termo de Conciliação é título executivo extrajudicial e têm eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único, do Art. 625-E, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.01.2000.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caberá ao Sindicato Laboral a indicação e remuneração de um secretário que atuará nas sessões.

PARÁGRAFO OITAVO: O funcionamento da Secretaria será de responsabilidade dos Sindicatos Convenentes.

PARÁGRAFO NONO: Os Sindicatos comunicarão a instalação da Comissão aos Juízes das Varas de Trabalho com jurisdição em sua base territorial para efeito do Art. 625-D, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958/00.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenentes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho

firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.301,00 (um mil e trezentos e um reais), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexecutável, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexecutável) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será imediatamente descontinuado.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar "Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho".

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima sexta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

RICARDO COSTA GARCIA
Presidente
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO

MANOEL MARTINS MEIRELES
Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ

ANEXOS ANEXO I - ATA

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Publicada no DOERJ em 20/03/2019.

LEI Nº 8315 DE 19 DE MARÇO DE 2019

**INSTITUI PISOS SALARIAIS NO
ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO PARA AS CATEGORIAS
PROFISSIONAIS QUE MENCIONA, E
ESTABELECE OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - No Estado do Rio de Janeiro, o piso salarial dos empregados, integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas, que não o tenham definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, será de:

I - R\$1.238,11 (um mil duzentos e trinta e oito reais e onze centavos) - para Auxiliar de Escritório (CBO 4110-05); Cumim (CBO 5134-15); Empregados Domésticos (CBO 5121-05); Faxineiro (CBO 5143-20); Contínuo (CBO 4122-05); Guardadores de Veículos (CBO 5199-25); Lavadores de Veículos (CBO 5199-35); Trabalhadores Agropecuários (CBO 6210-05); Trabalhadores de Serviços Veterinários (CBO 5193); Trabalhadores Florestais (CBO 6320-15); Catadores de Material Reciclável; Trabalhadores de Serviços de Conservação, Manutenção, Empresas Comerciais, Industriais, Áreas Verdes e Logradouros Públicos, não especializados;

II - R\$1.283,73 (um mil duzentos e oitenta e três reais e setenta e três centavos) - para Ascensorista (CBO 5141-05); Barbeiros (CBO 5161-05); Cabeleireiros (CBO 5161-10); Carteiros (CBO 4152-05); Classificadores de Correspondências (CBO 4152-10); Controladores de Pragas (CBO 5199); Cozinheiros (CBO 5132); Cuidadores de Idosos (CBO 5162-10); Esteticistas (CBO 3221-30); Garçons (CBO 5134-05); Lavadeiras e Tintureiros (CBO 5163); Manicures (CBO 5161-20); Pedicures (CBO 5161-40); Pedreiros (CBO 7152); Trabalhadores de Apostas e Jogos (CBO 4212); Trabalhadores de Fabricação de Calçados (CBO 7641); Trabalhadores de Fabricação de Papel e Papelão (CBO 8331); Fiandeiros (CBO 7612); Trabalhadores de Serviços de Embelezamento e Higiene (CBO 5161); Trabalhadores de Tratamento e Preparação de Madeira (CBO 7721); Trabalhadores do Curtimento de Couro e Peles (CBO 7622); Trabalhadores em Beneficiamento de Pedras (CBO 7122); Moto Taxistas (CBO 5191-15); Moto Fretista (CBO 5191-10); Artesãos; Auxiliar de Massagista; Auxiliares de Creche; Cortadores; Criadores de Rãs; Depiladores; Maqueiros; Merendeiras, Motoboys, Operadores de Caixa, Inclusive de Supermercados; Operadores de Máquinas e Implementos de Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal; Pescadores; Pintores; Sondadores; Tecelões e Tingidores; Trabalhadores da Construção Civil; Trabalhadores de Artefatos de Couro; Trabalhadores de Fabricação de Produtos de Borracha e Plástico; Trabalhadores de Minas e Pedreiras; Trabalhadores de Preparação de Alimentos e Bebidas; Trabalhadores de Serviços de Proteção e Segurança; Trabalhadores de Serviços de Turismo e Hospedagem; Trabalhadores de Transportes Coletivos - Cobradores, Despachantes e Fiscais, Exceto Cobradores de Transporte Ferroviário;

Este texto não substitui o publicado no D.O.E.R.J. de 20.03.2019



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Trabalhadores dos Serviços de Higiene e Saúde; Trabalhadores de Costura e Estofadores; Trabalhadores em Serviços Administrativos; Vendedores e Comerciais; Vidreiros e Ceramistas;

III - R\$1.375,01 (um mil trezentos e setenta e cinco reais e um centavo) - Agentes de Trânsito (CBO 5172-20); Auxiliares de Biblioteca (CBO 3711-05); Auxiliares de Enfermagem (CBO 3222-30) com regime de 30 (trinta) horas; Auxiliares Técnicos de Telecom Nível 1 a 3; Barman (CBO 5134-20); Bombeiros Civis Nível Básico (CBO 5171-10); Compradores (CBO 3542-05); Datilógrafos (CBO 4121-05); Doulas (CBO 3221-35); Eletromecânico de Manutenção de Elevadores (CBO 9541-05); Estenógrafos (CBO 3515-10); Frentistas (CBO 5211-35); Guias de Turismo (CBO 5114); Joalheiros (CBO 7510); Lubrificadores de Veículos (CBO 9191-10); Maitres de Hotel (CBO 5101-35); Marceneiros (CBO 7711); Mordomos e Governantas (CBO 5131); Músicos (CBO 2626 e CBO 2627); Ourives (CBO 7511-25); Porteiros de Edifícios e Condomínios (CBO 5174-10); Radiotelegrafista (CBO 3722-10); Representantes Comerciais (CBO 3541-45); Sommeliers (CBO 5134-10); Supervisor de Vendas (CBO 5201); Supervisores de Compras (CBO 3542-10); Supervisores de Manutenção Industrial (CBO 9503-05); Técnicos de Imobilização Ortopédica (CBO 3226-05); Técnicos de Vendas (CBO 3541-35 e CBO 3541-40); Terapeutas Holísticos (CBO 3132-25); Trabalhadores de Confecção de Instrumentos Musicais (CBO 7421); Trabalhadores de Soldagem e Ligas Metálicas (CBO 7243); Zeladores de Edifícios e Condomínios (CBO 5141-20); Administradores e Capatazes de Explorações Agropecuárias ou Florestais; Agentes de Cobrança; Agentes de Marketing; Agentes de Mestria; Agentes de Saúde e Endemias; Agentes de Venda; Ajustadores Mecânicos; Assistentes de Serviços Nível 1 A 3; Atendentes de Cadastro; Atendentes de Call Center; Atendentes de Consultório, Clínica Médica e Serviço Hospitalar; Atendentes de Retenção; Caldeireiros; Chapeadores; Chefes de Serviços de Transportes e Comunicações; Condutores de Veículos de Transportes; Contramestres; Eletricistas; Eletrônicos; Guarda-Parques, com curso de Formação Específica, em Nível de Ensino Médio; Guardiões de Piscina; Mestre; Monitores; Montadores de Estruturas Metálicas; Montadores e Mecânicos de Máquinas, Veículos e Instrumentos de Precisão; Operadores de Atendimento Nível 1 a 3; Operadores de Call Center; Operadores de Estação de Rádio, Televisão, Equipamentos de Sonorização e de Projeção Cinematográfica; Operadores de Instalações de Processamento Químico; Operadores de Máquinas da Construção Civil e Mineração; Operadores de Máquinas de Lavar Madeira; Operadores de Máquinas de Processamento Automático de Dados; Operadores de Máquinas Fixas e de Equipamentos Similares; Operadores de Suporte CNS; Práticos de Farmácia e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Brigada de Incêndio (Nível Básico); Representantes de Serviços 103; Representantes de Serviços Empresariais; Representantes de Serviços; Supervisor de Produção e Manutenção Industrial; Supervisores de Produção Industrial; Técnicos de Administração; Técnicos em Reabilitação de Dependentes Químicos; Técnicos Estatísticos; Telefonistas e Operadores de Telefone; Telemarketing; Teleatendentes; Teleoperador Nível 1 a 10; Telemarketing Ativo e Receptivo; Trabalhadores da Rede de Energia e Telecomunicações; Trabalhadores de Artes Gráficas; Trabalhadores de Confecção de Produtos de Vime e Similares; Trabalhadores de Derivados de Minerais não Metálicos; Trabalhadores de Movimentação e Manipulação de Mercadorias e Materiais; Trabalhadores de Serventia e Comissários (nos Serviços de Transporte de Passageiros); Trabalhadores de Serviços de Contabilidade; Trabalhadores de Tratamentos de Fumo e de Fabricação de Charutos e

Este texto não substitui o publicado no D.O.E.R.J. de 20.03.2019



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Cigarros; Trabalhadores em Podologia; Trabalhadores Metalúrgicos e Siderúrgicos, Barista (CBO 5134-40); Auxiliar de Logística (CBO 4141-40);

IV - R\$1.665,93 (um mil seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos) - para: Educador Social (CBO 5153-05); Técnicos em Contabilidade (CBO 3511); Técnicos de Transações Imobiliárias (CBO 3546); Técnicos em Farmácia (CBO 3251-10 E CBO 3251-15); Técnicos em Laboratório (CBO 3242); Técnicos em Podologia (CBO 3221-10); Técnicos em Enfermagem (CBO 3222-05) com regime de 30 (trinta) horas semanais; Técnicos em Secretariado (CBO 3515-05); Técnicos de Biblioteca (CBO 3711-10); Bombeiro Civil Líder, Formado como Técnico em Prevenção e Combate a Incêndio, em Nível de Ensino Médio; Técnicos em Higiene Dental e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Brigada de Incêndio (Nível Médio); Trabalhadores de Nível Técnico, devidamente registrados nos conselhos de suas áreas ou órgãos competentes: Técnico de Enfermagem Socorrista; Entrevistador Social (CBO 4241-30);

V - R\$ 2.512,59 (dois mil quinhentos e doze reais e cinquenta e nove centavos) - para: motoristas de ambulância (CBO 7823-20); taxistas profissionais reconhecidos pela Lei Federal nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 (CBO 7823-15), bem como aqueles que se encontrem em contrato celebrado com empresas de locação de veículos, excetuando-se os permissionários autônomos que possuem motorista auxiliar; técnico de instrumentalização cirúrgica (CBO 3222-25); técnico de telecomunicações (CBO 3133); técnicos de eletrônica (CBO 3132); técnicos de segurança do trabalho (CBO 3516); técnicos em mecatrônica (CBO 3001), bem como os técnicos de nível médio regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, técnicos industriais inscritos no Conselho Regional de Técnicos Industriais, tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (CBO 2614-25); técnicos em eletrotécnica, marinho de esportes e recreio; fotógrafos (CBO 2618-05); Técnicos em Radiografia (CBO 3241-15);

VI - R\$3.158,96 (três mil cento e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos) - para: Administradores de Empresas (CBO 2521-05); Advogados (CBO 2410); Arquitetos (CBO 2141); Arquivistas (CBO 2613-05); Assistentes Sociais (CBO 2516-05); Bibliotecários (CBO 2612-05); Biólogos (CBO 2211); Biomédicos (CBO 2212); Enfermeiros (CBO 2235); com regime de 30 (trinta) horas semanais; Estatísticos (CBO 2212); Farmacêuticos (CBO 2234); Fisioterapeutas (CBO 2236); Fonoaudiólogos (CBO 2238); Nutricionistas (CBO 2237-10); Profissionais de Educação Física (CBO 2241); Psicólogos (CBO 2515) exceto Psicanalistas (CBO 2515-50); Secretários Executivos (CBO 2523) exceto Tecnólogos em Secretariado Escolar (CBO 2523-20); Sociólogos (CBO 2511-20); Terapeutas Ocupacionais (CBO 2239-05); Turismólogos (CBO 1225-20); Bombeiro Civil Mestre, Formado em Engenharia com especialização em prevenção e combate a incêndio e Empregados em empresas prestadoras de serviços de Brigada de Incêndio (nível superior); Contadores; Documentalista (CBO 2612-10); Analista de Informações (CBO 2612-15); Pedagogos (CBO 2394-15); Economistas (CBO 2512-05); Sanitarista; professores de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), com regime de 40 (quarenta) horas semanais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Parágrafo Único - O disposto no inciso III deste artigo aplica-se a Agente de Cobrança; Agentes de Marketing; Agentes de Venda; Assistentes de Serviços Nível 1 a 3; Atendentes de Cadastro; Atendentes de Call Center; Atendentes de Retenção; Auxiliares Técnicos de Telecom Nível 1 a 3; Operadores de Atendimento Nível 1 a 3; Operadores de Call Center; Operadores de Suporte CNS; Representantes de Serviços 103; Representantes de Serviços Empresariais; Representantes de Serviços; Tele Operador Nível 1 a 10; Telefonistas e Operadores de Telefone e de Telemarketing; Telemarketing Ativos e Receptivos, cuja jornada de trabalho seja de 06 (seis) horas diárias ou 180 (cento e oitenta) horas mensais.

Art. 2º - O valor do piso salarial dos empregados cujo salário é pago por hora corresponderá ao valor do piso fixado para a respectiva categoria, dividido por uma jornada mensal de 220 (duzentas e vinte) horas, já se achando incluído no valor resultante o descanso semanal remunerado.

Art. 3º - Os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário deverão observar os valores do Piso Salarial Regional previsto em lei estadual em todos os editais de licitação para a contratação de empresa prestadora de serviços e demais modalidades de terceirização de mão de obra.
Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo aplica-se também a toda a administração indireta, inclusive às Organizações Sociais contratadas pelo Poder Público.

Art. 4º - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ficam obrigados a comprovar e manter a paridade salarial entre homens e mulheres.

Art. 5º - O Servidor do Estado do Rio de Janeiro e seus aposentados e pensionistas, não poderão receber remuneração inferior ao piso regional estabelecido no Inciso I desta Lei.
Parágrafo Único - O disposto neste artigo produzirá efeitos financeiros somente após o fim do Regime de Recuperação Fiscal pactuado pelo Estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º - O Estado enviará projeto de lei definindo os pisos salariais regionais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro até o dia 30 de dezembro do ano anterior.

Art. 7º - Toda inclusão de novas ocupações na Lei deverá possuir CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), quando existente, e ser submetida à análise técnica do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda - CETERJ.

Art. 8º - O Poder Executivo realizará estudos no intuito de reduzir o número de faixas para o ano de 2020.

Art. 9º - O Poder Executivo fiscalizará a aplicação desta Lei.

Parágrafo Único - A não observância desta Lei implicará em multa de R\$50,00 à R\$1.000,00 por trabalhador.

Art. 10 - Os pisos salariais fixados nesta Lei não se aplicam aos contratos de aprendizagem regidos pela Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Este texto não substitui o publicado no D.O.E.R.J de 20.03.2019



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança
Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019, revogadas as disposições da Lei nº 7898, de 07 de março de 2018.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019

WILSON WITZEL
Governador

Este texto não substitui o publicado no D.O.E.R.J de 20.03.2019

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.